

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Carlos Tiago Moutinho Costa

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**As diferenças entre os órgãos de
comunicação social televisivos:**

Três anos de notícias sobre a atividade policial em grandes eventos
de cariz político

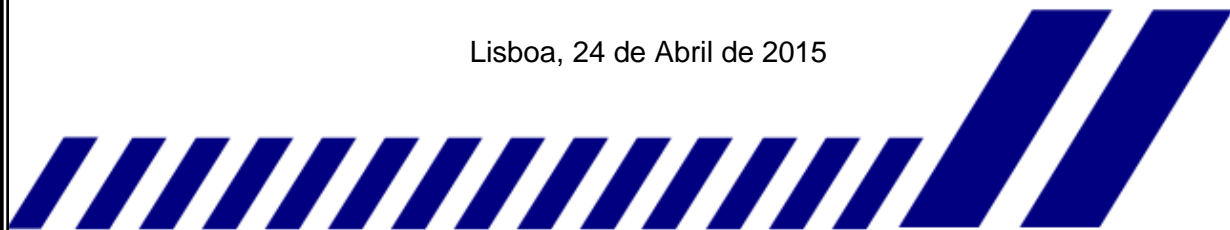
Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Coorientador:

Intendente, Prof. Doutor Sérgio Felgueiras

Lisboa, 24 de Abril de 2015



Carlos Tiago Moutinho Costa

Aspirante a Oficial de Polícia

As diferenças entre os órgãos de comunicação social televisivos:

Três anos de notícias sobre a atividade policial em grandes eventos
de cariz político

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciência Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e do Intendente, Prof. Doutor Sérgio Felgueiras.

À Natacha,
a pessoa mais importante da minha vida...

Agradecimentos

Nada na vida conquistamos sozinhos. Sempre precisamos de outras pessoas para alcançar os nossos objetivos. Muitas vezes um simples gesto pode mudar a nossa vida e contribuir para o nosso sucesso. Gostaria de agradecer esta dissertação a muitas pessoas, que de alguma forma me ajudaram e incentivaram, mas, por não poder manter uma lista que cresceria a cada dia, vou agradecer às pessoas que mais me apoiaram ao longo desta dissertação.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e ao Intendente, Prof. Doutor Sérgio Felgueiras, pela sua disponibilidade, interajuda e motivação para continuar. Com eles houve a oportunidade de enriquecer os conhecimentos nesta linha de investigação.

Pelas dificuldades, constrangimentos e fraquezas que passámos, agradeço ao 27º Curso de Formação de Oficiais de Polícia porque juntos conquistámos esta nova etapa da nossa vida.

Aos meus pais e irmã pelo apoio que me deram.

Ao Sr. José Melo, D. Lúcia Melo, Inês e António pela paciência que tiveram nesta etapa difícil mas, conquistadora da minha vida.

Ao meu avô Salazar pela sua existência na minha vida, o apoio fundamental.

Aos meus amigos e família pelo apoio, amizade e ajuda ao longo deste percurso.

E, por último, mas não menos importante, à minha namorada que permaneceu ao meu lado nas horas em que o desânimo tomara conta do corpo e pela ajuda incessante na realização deste trabalho.

A TODOS, um Muito Obrigado.

Resumo

Cada vez mais a influência dos conteúdos produzidos pelos órgãos de comunicação social (OCS) no comportamento humano, têm sido debatidos e são alvo de vários estudos. Para muitas pessoas, a única forma de terem contacto e de se informarem sobre a atividade policial é através dos OCS. Sendo uma das tarefas da Polícia de Segurança Pública a de garantir a ordem e a tranquilidade públicas em Portugal, interessa perceber a forma como as televisões transmitem informação sobre a atividade policial nos grandes eventos de cariz político. Pelo facto de existirem diferenças organizacionais entre os OCS, pode-se considerar que existam aspetos que são mais valorizados em relação a outros. Para aferir estas questões foi realizado um estudo longitudinal, em que foram comparados os resultados obtidos nos anos de 2011, 2012 e 2013, nos OCS televisivos portugueses, RTP1, SIC e TVI, tendo-se apreciado as diferenças existentes no que respeita à informação veiculada sobre a atividade policial em grandes eventos de cariz político. Dentro dos principais resultados obtidos destaca-se a semelhança no padrão de conteúdos transmitidos entre o canal público RTP 1 e os canais privados SIC e TVI, acerca da atuação policial em grandes eventos de cariz político.

Palavras-chave: *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

Abstract

The influence of the content produced by the social media on human behavior has been increasingly discussed and subject to several studies. To many people the only way to have any contact and/or being informed about police activities is through broadcast news. Since one of the tasks of the portuguese Public Security Police is to ensure order and public tranquility in the country, it is important to understand the way television broadcasts information about police activity in major events. Because there are differences between the organizational structures of portuguese broadcast channels it can be considered that there are aspects being more valued than others in these broadcasts. To assess these issues a longitudinal study was conducted in which the results obtained in the years 2011, 2012 and 2013 in broadcast news on channels RTP1, SIC and TVI were compared, appreciating the differences regarding the information provided on police activity on the previous mentioned major events. Among the main results a similarity in standard content broadcasted on police performance news between the public channel RTP1 and private channels SIC and TVI stands out.

Keywords: *mass media*; social communication; police; policing; major events.

Índice

Índice de Anexos	vii
Índice de Figuras	viii
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	3
1. Órgãos de comunicação.....	3
1.1. Teorias da Comunicação	3
1.2. A notícia.....	9
1.2.1 Fontes.....	13
1.2.2 Critérios de noticiabilidade e os valores-notícia.....	14
1.3. A televisão	15
1.3.1 A televisão em Portugal.....	17
1.3.2 O jornal televisivo.....	19
1.3.3 Políticas Editoriais.....	23
2. Polícia.....	27
3. Problema de investigação	31
Capítulo II – Método	34
1. Abordagem qualitativa.....	34
2. Corpus	34
3. Procedimento	35
Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados.....	37
1. Corpo das notícias	37
1.1. Visão geral	37
1.2. Origem da informação.....	40
1.3. Eventos.....	46
1.4. Participantes.....	49
Capítulo IV – Conclusões	52
Referências	54
ANEXOS	62

Índice de Anexos

ANEXO 1. Paradigma dos Efeitos.....	63
ANEXO 2. <i>Framing</i>	65
ANEXO 3. Grelha categorial	67
ANEXO 4. Tabela de contabilização de u.r. do corpo das notícias, nos anos 2011, 2012 e 2013.....	74

Índice de Figuras

Figura 1. Distribuição das notícias por ano e por OCS.....	35
Figura 2. Distribuição percentual das unidades de registo, por categoria, no corpo das notícias.....	38
Figura 3. Distribuição percentual da categoria “Discurso direto” (C) nos anos de 2011,2012 e 2013, no corpo das notícias.....	42
Figura 4. Distribuição percentual da categoria “Discurso Indireto” (E) nos anos de 2011,2012 e 2013, no corpo das notícias.....	43
Figura 5. Distribuição percentual da categoria “Sistema explicativo espontâneo” (G) nos anos de 2011,2012 e 2013, no corpo das notícias.....	44
Figura 6. Distribuição percentual da categoria “Enquadramento/Descrição” (F) nos anos de 2011,2012 e 2013, no corpo das notícias.....	47
Figura 7. Distribuição percentual da categoria “Manifestantes” (A) nos anos de 2011,2012 e 2013, no corpo das notícias.....	49
Figura 8. Distribuição percentual da categoria “PSP” (B) nos anos de 2011,2012 e 2013, no corpo das notícias.....	50

Introdução

Desde que o Homem começou a viver em sociedade teve a necessidade de comunicar. Para Cazeneuve (1999), a comunicação é fruto de um processo essencial da socialização e do indivíduo, a tal ponto que “o cidadão, é, em sentido eminente, aquele que tem a capacidade de comunicar” (Sá, 2002, p.3). Atualmente a comunicação é fundamental em qualquer sociedade pois “desenvolve a pessoa, melhora o papel da educação, acelera os interesses da sociedade, faz a ponte entre as diferenças culturais e acelera o avanço das carreiras e o trabalho em geral” (Morreable, Osborne, & Pearson, 2000, p.25). Para Sousa (2006, p.21), a comunicação é entendida como “todos os comportamentos e atitudes humanas e mesmo não humanas, intencionais ou não intencionais”.

Conforme refere Santos (2001, p.11), atualmente a comunicação é vista “como o transporte de ideias e emoções expressas através de um código” (Santos, 2001, p.11), sendo necessário para a sua existência, informação, elocução e compreensão (Luhmann, cit. in Tække & Paulson 2010). Wertheim (2008) acrescenta que a comunicação pode ser estabelecida utilizando expressões não-verbais, como por exemplo, a linguagem corporal e o tom de voz. Assim, para que exista comunicação é necessário a existência de troca de mensagens codificadas por gestos, sons ou imagens, sendo imprescindível a existência de um canal. A comunicação pode ser estabelecida utilizando determinados meios, como é o caso dos *media* e *mass media*. Sousa (2006, p.81) refere que os *media* dizem respeito a um artefacto tecnológico que tem a capacidade de converter signos em sinais (rádio, telefone, fax, telemóvel, televisão ou computador), ou que permite a transmissão de sinais e de signos (livros, revistas, fotografias e obras de arte). Fruto da evolução tecnológica, vão surgindo novos tipos de *media* que se apresentam às pessoas de variadas formas e que possibilitam um aumento da sua utilização, incrementando assim o poder destes na sociedade atual. No que diz respeito aos *mass media*, estes são vistos como “os meios que permitem a difusão de uma mensagem a uma audiência vasta e heterogénea” (Sousa, 2006, p. 81). Littlejohn e Foss (2009, p.623) definem *mass media* como o “processo pelo qual uma pessoa, grupo de pessoas ou uma grande organização cria uma mensagem e a transmite através de algum tipo de *media* para uma grande, anónima e heterogénea audiência”.

Associado aos *media* e *mass media* surgem os Órgãos de Comunicação Social (OCS), que são vistos como “entidades colectivas ou agências governamentais cujo acesso à tecnologia moderna lhes permite divulgar o mesmo conteúdo uniforme a uma multidão dispersa geograficamente” (Lang & Lang, 2009,p.999). Atualmente sabe-se

que os OCS têm um grande poder e que não é instituído, pelo facto de ser difícil delinear os seus contornos (Aureliano, 2004). Na opinião de Aureliano (2004) o poder está muito ligado à sua audiência, devido à capacidade que os *media* têm em “veicular mensagens e de as fazer chegar a um grande número de pessoas, ou seja, a aptidão de tornar públicas quaisquer mensagens” (p. 48). Reconhecendo-se que, para muitas pessoas, as notícias transmitidas pelos OCS são a única forma de obter informação relacionada com o quotidiano, e tendo em conta as diferentes especificidades dos OCS televisivos existentes em Portugal, nomeadamente RTP 1, SIC e TVI, importa perceber as diferenças que possam existir na transmissão da informação.

O presente trabalho insere-se na Linha de investigação do Laboratório de Grandes Eventos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, que se debruça sobre a perceção da comunicação social acerca da atuação policial. No âmbito desta investigação, através de um estudo longitudinal entre 2011 e 2013, procurámos apreciar as diferenças existentes nos diferentes OCS televisivos, no que respeita à informação veiculada sobre a atividade policial em grandes eventos de cariz político. Neste contexto, numa primeira parte foram analisadas as teorias da comunicação que se mostraram mais importantes nos últimos cinquenta anos e, tendo em conta que as notícias analisadas dizem respeito às notícias televisivas, foram igualmente abordadas as características da notícia televisiva, assim como o meio de comunicação televisão e os diferentes canais televisivos. Depois de formulado o problema de investigação foi descrito o método utilizado. Numa segunda parte, foram apresentados e discutidos os resultados obtidos no estudo longitudinal, terminando com a apresentação das conclusões.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1. Órgãos de comunicação

1.1 Teorias da Comunicação

Com a criação dos *media* começaram a surgir estudos para tentar perceber quais os efeitos dos mesmos na população que era alvo da informação por eles transmitida. Embora todos os estudos se baseassem “na premissa de que os *media* têm efeitos significativos (...) [existe] pouco consenso sobre a sua natureza e extensão” (McQuail, 2003, p. 422). Para McQuail (2003) existem fortes indícios que levam a crer que os *media* e os seus destinatários se comportam de forma propositada a atingir determinados fins. No entanto, “é pouco provável que os *media* sejam a única causa necessária e suficiente de um efeito e é extremamente difícil avaliar a sua contribuição relativa” (McQuail, 2003, p. 422). Para Littlejohn e Foss (2009) existiram três paradigmas que analisaram os *mass media* ao longo do tempo para tentar perceber qual a influência destes nas pessoas. Para um melhor entendimento dos paradigmas, deve ser consultado o Anexo 1.

As teorias da comunicação são imensas e tiveram a sua origem, na grande maioria dos casos, em campos distintos dos da comunicação. Na tentativa constante em perceber e definir como funcionam os moldes da comunicação das pessoas através dos OCS, foram criadas variadas teorias que têm suscitado intensos debates entre os seus autores. Para facilitar a sua abordagem e com a impossibilidade de abordar todas as teorias, serão analisadas as que são mais relevantes e que foram mais utilizadas no estudo dos *media* nos últimos 50 anos, tendo em atenção três categorias: a primeira categoria diz respeito às teorias sobre a cultura e sociedade; a segunda é sobre as teorias de influência e persuasão; e por último, a que diz respeito às teorias sobre o uso dos *media* (Littlejohn & Foss, 2009).

Cultura e sociedade

Na categoria cultura e sociedade são abordadas as teorias que estudam os efeitos dos *media* ao nível macro na cultura e sociedade, ou seja, no mundo que nos rodeia (Littlejohn & Foss, 2009).

A primeira teoria a abordar é a Teoria do Agendamento (*agenda setting*) e tenta explicar “como o público em geral determina as questões mais importantes do dia” (Littlejohn & Foss, 2009, p.625). A teoria do agendamento surge em 1972, com Maxwell McCombs e Donald Shaw (1993) e explica a relação entre o ênfase que é dado pelos

media em determinadas questões e a importância que a sua audiência atribui a essas mesmas questões. Inicialmente esta teoria tentava explicar o impacto dos *media* no comportamento e atitudes nos anos de eleições, no entanto, também inspirou outros estudos no sentido de conseguir apurar como os *media* e outras instituições conseguem moldar a opinião pública (Wieiss, in Littlejohn & Foss, 2009).

Na opinião de Littlejohn e Foss (2009), o *agenda setting* refere que não são os *media* que dizem às pessoas sobre como, ou o que pensar sobre uma determinada questão, no entanto, os *media* poderão influenciar as pessoas, na medida em que poderá direcionar o pensamento delas sobre o que é importante falar ou considerar acerca de um determinado assunto. Ainda assim, na Teoria do Agendamento é também levantada a questão do enquadramento (*framing*), que segundo Coling (2001), surge após se ter concluído que os *media* não possuem apenas o poder de nos oferecer o conjunto de informações que poderão ser alvo de consideração pela população, como têm igualmente a potente capacidade de estabelecer como a população deve pensar acerca dos assuntos que integram a agenda dos *media*. De modo a perceber melhor esta questão, atente-se ao Anexo 2.

Na Teoria do Agendamento o papel dos *media* centra-se no poder de atribuir a um determinado assunto um maior interesse do público, surgindo assim várias opiniões a constatar que o mecanismo mais utilizado neste processo está relacionado com a acessibilidade da informação de um determinado conteúdo (Iyengar & Kinder, 1987; Price & Tewksbury, 1997). Sobre a acessibilidade, autores como Iyengar e Kinder (1987) defendem que ela constitui o único mediador do *agenda setting*, no entanto, outros autores, como por exemplo, Price & Tewksbury, (1997) e Miller (2007) defendem que a acessibilidade é importante mas que não é o único, nem o principal mediador (in Miller, 2007). Conforme refere Miller (2007), nos casos em que se considera a acessibilidade como o único mediador no *agenda setting*, o conteúdo específico das notícias é considerado de pouca relevância no processo de atribuição de importância de um determinado conteúdo transmitido pelos *media*. Contrariamente aos que consideram que a acessibilidade é o principal mediador, entendem que o que importa é a relevância da informação, presumindo-se que por mais acessível que seja, se esta não for considerada relevante pelo público, não afetará a opinião pública (Miller, 2007). Segundo Miller (2007), os cidadãos determinam a relevância da informação através das reações emocionais que uma notícia desperta. De acordo com Carter, Stamm, e Heintz-Knowles (in Miller 2007), as emoções podem ser utilizadas para demarcar a importância de uma questão através da ameaça do problema, das consequências negativas que a questão levanta e na crença de que a questão foi negligenciada. De acordo com Miller

(2007, p.693), as “emoções negativas específicas medeiam o *agenda setting*”, principalmente as que despertam o sentimento de ansiedade ou medo, que levam as pessoas a “prestar mais atenção ao conteúdo específico da história, cognitivamente elaborada na informação, e chegar a uma conclusão de que o problema é um passo importante para o país” (Miller, 2007, p.693). No entanto, uma qualquer criação de emoções pode despertar nas pessoas os seus juízos de importância sobre determinado tema, ou seja, qualquer emoção pode mediar a importância da exposição a uma determinada informação, podendo os jornalistas reagir “a eventos de grande amplitude, que sejam espetaculares ou fáceis de trabalhar devido ao facto de ser expectável que tenham impacto junto da população” (Uscinski, 2009). Para além das emoções, e segundo Miller (2007), outra forma de interceder no agendamento é através da inferência, onde muitas vezes as notícias das televisões e dos jornais, “fazem afirmações explícitas sobre a importância de um problema, a fim de justificar a atenção para ela” (Miller, 2007, p. 694), podendo as pessoas inferir que uma questão é de importância nacional, porque concluem que os *media* acreditam que essa questão seja importante para a sociedade. Por fim, e na perspetiva de Miller (2007, p.694), a importância pessoal também é um mediador do *agenda setting* pois, “as pessoas para quem um problema é pessoalmente importante são motivadas a prestar especial atenção à informação sobre o assunto, e pensar cuidadosamente sobre as implicações da informação”. Num estudo desenvolvido pelo mesmo autor conclui-se que o conteúdo específico das notícias é o principal mediador do *agenda setting*, em que Miller (2007, p.711) constata que “as pessoas utilizam a informação obtida a partir dos meios de comunicação para avaliar o modo como as questões são importantes para as elites”. Quando a atenção dos *media* é voltada para um problema, este provoca uma mudança na perceção da importância sobre um determinado assunto, podendo os cidadãos interpretá-lo como sendo de grande valor nacional (Miller, 2007).

Pelo facto de os jornalistas terem o conhecimento de que as emoções e a importância pessoal despertam o interesse sobre um determinado tema, é preponderante perceber quais os critérios utilizados pelos diferentes órgãos de comunicação. Atualmente sabe-se que os *media* têm impacto na população, mas os mecanismos de como esses efeitos ocorrem é que não são tão claros (Miller, 2007). Conforme refere Werder (cit. in Littlejohn & Foss, 2009), “o *agenda setting* é baseado no pressuposto de que a agenda dos *media*, na verdade, precede a agenda do público”, no entanto, pode ocorrer um efeito contrário, passando a ser a agenda do público a influenciar a agenda dos *media*, ou seja, determinados acontecimentos sociopolíticos podem despertar o interesse nos diferentes OCS e assim considerá-los como

importantes para serem noticiados e evidenciadas determinadas características com o intuito de despertar a atenção das pessoas.

Outra teoria a abordar e que se enquadra na categoria cultura e sociedade, é a teoria da Espiral do Silêncio, sendo esta desenvolvida por Noelle-Neumann (in Baran & Davis, 2012) a partir da década de 1970 e interliga quatro elementos: “os *media* de massas; comunicação interpessoal e relações sociais; expressões individuais de opinião; [e as] percepções que os indivíduos têm do «clima de opinião» envolvente no seu próprio ambiente social” (McQuail, 2003, p.467. Esta teoria centra-se em saber qual a posição que cada pessoa toma relativamente à opinião pública, tendo como foco principal a compreensão dos resultados ao longo do tempo que surgem da percepção pelo público dos temas lançados pela comunicação social. Proporcionado pelo facto de as pessoas temerem o isolamento relativamente à participação em assuntos públicos, elas deixam-se levar pela opinião emanada pelo meio como sendo a opinião dominante. Temendo então o isolamento, as pessoas não expõem os seus pontos de vista pessoais se os considerarem como sendo pertencentes a uma minoria, contrariamente às pessoas que integram um grupo com opinião dominante que não possuem qualquer constrangimento em se expressar. Noelle-Neumann (cit. in Sousa, 2006, p.508) refere que do conceito de espiral do silêncio aparece o resultado que leva

os indivíduos a perceber as mudanças de opinião e a segui-las até que uma opinião se estabelecer como a atitude prevalecente, enquanto que as outras opiniões são rejeitadas ou evitadas por todos, à excepção dos duros de espírito, que persistem na sua opinião.

Os órgãos de comunicação encaixam-se nesta teoria, uma vez que são uma fonte de fácil acesso e servem para as pessoas avaliarem qual o clima dominante existente, podendo levar a que a formação e expressão da opinião pessoal seja alterada (McQuail, 2003). Da relação entre a opinião dominante e os *media*, importa ter em atenção que os últimos, “tendem a consagrar mais espaço às opiniões dominantes”(Sousa, 2006, p.508), mas não se pode esquecer que o conceito de domínio pode ser muito relativo, uma vez que podem existir minorias ativas com fácil acesso aos órgãos de comunicação e assim alterar a realidade “reforçando o sentimento de que essas opiniões são dominantes ou até consensuais quando, de facto, não o são” (Sousa, 2006, p.506). Pode existir também “uma maioria silenciosa que passe por minoria devido à ação dos meios de comunicação” (Sousa, 2006, p.509). Daqui resulta um problema apontado por Sousa (2006), que se relaciona com a confusão do conceito de opinião pública e com o conjunto das opiniões expressas pelos *media*, “já que é

através destes [*media*] que a opinião se torna pública, quando as correntes de opinião dominantes entre o público em geral, sem acesso aos *media*, podem ser significativamente divergentes” (p. 509). Com isto e como refere Rosado (2014, p.16)

o conceito de opinião pública torna-se irreal, o que não impede que se materialize num clima de opinião veiculado pelos *media* que se aparenta como real ao público, levando ao silenciamento de quem julga não estar enquadrado com a posição dominante.

Tendo em conta o objetivo do presente trabalho, esta teoria ganha importância devido à possibilidade de os diferentes OCS televisivos darem primazia às opiniões que aparentam ser dominantes, o que na realidade poderá não acontecer. Como foi referido anteriormente, o perigo de existir uma “maioria silenciosa” (Sousa, 2006), pode levar a que as diferentes estações televisivas optem por temas, que afinal de contas não são os predominantes, nem os mais importantes.

Influência e Persuasão

Nesta categoria são abordadas as teorias que explicam a forma de como os *media* poderão influenciar ou persuadir as pessoas a comportarem-se ou a pensarem de uma determinada forma (Littlejohn & Foss, 2009).

O modelo de Probabilidade de Elaboração – *Elaboration Likelihood Model* (ELM), foi proposto por Petty e Cacioppo na década de 1980 e, de acordo com os seus criadores, a persuasão poderá funcionar melhor conforme seja maior ou menor a probabilidade de ocorrer um pensamento relevante para o assunto, ou a mensagem proposta (Petty, Cacioppo, & Schumann, 1983). Este modelo procura explicar a forma como as pessoas são persuadidas, ou seja, qual o processo que é utilizado pelo interlocutor para induzir o recetor numa determinada conclusão (Littlejohn & Foss, 2009). Na tentativa de influenciar os comportamentos e atitudes dos recetores, os *media* veiculam variadas vezes as mesmas mensagens, proporcionando um excesso de estímulos que poderão originar no aumento da atenção do recetor ou o desenvolvimento de alguma resistência. Isto poderá acontecer nos jornais televisivos, onde a exposição exagerada a uma determinada notícia poderá fazer com que as audiências sejam influenciadas pela receção dessa informação.

Segundo os pensadores deste modelo (Petty et al., 1983), é necessária a existência de duas variáveis fundamentais para que o recetor se seduza pelas mensagens persuasivas que recebe, nomeadamente, o envolvimento pelo tema exposto e a capacidade de processar a informação proveniente dos meios de

comunicação. Neste sentido, e para que os emissores (*media*) consigam elaborar a mensagem por forma a atingir o seus objetivos (persuasão), devem seguir duas vias: a via central que se caracteriza pelo elevado empenho cognitivo e envolvimento da mensagem, em que o recetor da mensagem, possuidor de motivação e capacidade cognitiva, “chega a uma opinião através da análise cuidada e consciente, considerando todos os lados de uma determinada mensagem” (Anastasio, Rose & Chapman, 1999, p.154). Nos casos em que o recetor não possui um elevado empenho cognitivo e envolvimento na mensagem, funciona a via periférica, que ocorre quando o pensamento já não é tão elaborado e o que interessa é a atração que a mensagem desperta. Na perspetiva de Anastasio et al. (1999), este caso pode ocorrer pelo facto de existirem restrições temporais, ou por outras pressões que reduzam os recursos cognitivos, favorecendo a utilização de “atalhos mentais” para o recetor chegar a uma determinada conclusão sobre a informação que lhe é disponibilizada.

Daqui pode ressaltar a importância deste modelo no presente trabalho, na medida em que a informação disponibilizada pelos *media* pode ser alvo de uma seleção com o intuito de chamar mais a atenção para determinados aspetos em detrimento de outros (Baran & Davis, 2012). Tendo conhecimento de que mesmo “os cidadãos mais motivados não conseguem considerar tudo aquilo que sabem na análise de assuntos (...) complexos” (Baran & Davis, 2012, p. 295), podem ocorrer situações de *priming*. Com o *priming*, o que realmente está em causa é a forte possibilidade de ocorrer um fenómeno designado por “efeito latente”, que é explicado pela possibilidade de a informação disponibilizada por uma fonte menos credível conseguir ser assimilada pelos recetores, desde que sejam fixados pela memória e a longo prazo (Sousa, 2006). Estando o recetor numa situação que o impossibilite absorver a informação através da rota central e uma vez que os mesmos “tendem a esquecer a fonte e a relembrar o que foi dito” (Sousa, 2006, p.497), a informação que seja disponibilizada repetidamente pode influenciar a opinião das pessoas.

O jornalismo televisivo, enquadrado numa perspetiva de comunicação informativa, não tem como objetivo influenciar (Sousa, 2006), no entanto, tendo conhecimento de que existem várias situações em que o recetor não é possuidor de motivação, capacidade ou tempo para processar toda a informação disponibilizada, pode dar-se o caso em que “o facto de as pessoas apresentarem mecanismos de defesa contra a persuasão não significa que os meios de comunicação social não possam ter uma influência persuasiva junto de determinados recetores, reunidas determinadas condições” (Sousa, 2006, p.500).

Uso dos *media*

Por fim, esta categoria foca-se nas teorias que explicam os motivos que levam à utilização dos *media*, em vez de analisar diretamente os efeitos da sua utilização, sendo a mais estudada a Teoria dos Usos e Gratificações.

A Teoria dos Usos e Gratificações surge nos anos 1970 por Lihou Katz, Jay Blumberg e Michael Gurevitch (in Littlejohn & Foss, 2009), sendo a mais analisada no âmbito do uso dos *media* que, ao invés de analisar o que os *media* provocam nas pessoas, procura antes observar a utilização dos meios de comunicação social pelos indivíduos (Sousa, 2006). A teoria “pressupõe uma relativização do poder dos meios de comunicação sobre as pessoas e a sociedade” (Sousa, 2006, p.510), dando ênfase ao indivíduo, na medida em que procura entender quais são os usos que as pessoas fazem dos *media* para satisfazerem as suas necessidades e para serem gratificadas, analisando o consumo de mensagens ou através da exposição aos *media* (Montero, in Littlejohn & Foss, 2009). A ideia-chave desta teoria é a de que os utilizadores dos meios de comunicação possuem um papel ativo ao escolher um OCS para satisfazer uma determinada necessidade (Littlejohn & Foss, 2009). Desta, o que importa destacar é a forma como as pessoas suprimem as suas necessidades de informação, de entretenimento ou de ambas (Littlejohn & Foss, 2009).

1.2 A notícia

Sabendo-se que é através dos *media* que a maior parte da população distingue quais são os temas da atualidade, principalmente com a transmissão de notícias, estas são vistas como um constituinte importante dos meios de comunicação social modernos, tendo sido durante muito tempo consideradas como o “seu ponto principal de ancoragem” (McQuail, 2003, p.341).

Para Pinto (cit. in Dias, 2005, p.9), a notícia “é o género mais elementar de todos os géneros jornalísticos”, devendo ser sempre ressalvada a sua importância no quotidiano de uma sociedade, em que não só representam alguns aspetos da vida quotidiana, como também são importantes contributos “para a construção social de novas realidades e de novos referentes” (p.10), surgindo assim a constante necessidade de escrever notícias.

É muito difícil conseguir encontrar uma definição do que é uma notícia, pelo facto de a mesma se ir adaptando às mudanças e acompanhar a evolução da história (Dias, 2005). No entanto, a notícia tem vindo a ser “definida como a comunicação de um facto acabado de se produzir ou de ser divulgado pelos meios de comunicação social” (Rodrigues, 2013, p.18), destacando-se assim a importância do que é novidade e do que é atual. Como refere Sousa (2002, p.2), “a notícia é o fenómeno que deve ser

explicado e previsto pela teoria do jornalismo e, portanto, qualquer teoria do jornalismo deve esforçar-se por delimitar o conceito de notícia”, surgindo assim a necessidade de abordar algumas teorias que foram restringindo a sua definição.

Teoria do Espelho

A primeira teoria a abordar é a chamada Teoria do Espelho, a qual é inspirada no positivismo do filósofo francês Auguste Comte que defende a ideia de objetividade no jornalismo, concebendo o jornalista como alguém que é desinteressado na produção das notícias (in Traquina, 2002). Segundo a opinião de Traquina (1999b, p.133), a Teoria do Espelho refere que “as notícias apenas refletem o mundo exterior porque os jornalistas são observadores neutros”, tornando-se simples mediadores que reproduzem o que ocorre no acontecimento. Assim, descreve-se o jornalista como “um comunicador desinteressado que descreve os acontecimentos reproduzindo a realidade com objectividade” (Traquina, 2001, p.65), onde o mesmo não deve dar “o seu cunho pessoal, sendo que a «realidade» não pode deixar de ser um factor determinante do conteúdo noticioso” (Traquina, 1999b, p.133).

Contudo, os jornalistas não são apenas observadores passivos, uma vez que a notícia resulta de um processo de construção onde “interagem fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico” (Sousa, 2002, p.3). Segundo McQuail (2003, p.293) a notícia

implica também alguma inconsistência com a noção dos *media* como veículos neutros ou espelhos da cultura, do momento e das notícias da sociedade. Entra em conflito com os ideais de novidade, espontaneidade e criatividade, muitas vezes parte da imagem com que os *media* se apresentam. Se a entrada de informação tem de ser planeada com bastante antecedência, de acordo com especificações *a priori*, a realidade está muito distante deste ideal.

O facto de a notícia ser “um artefacto linguístico porque é uma construção humana baseada na linguagem, seja ela verbal ou de outra natureza (como linguagem com imagens)” (Sousa, 2002, p.3), e que “nasce da interacção entre a *realidade perceptível*, os *sentidos* que permitem ao ser humano «apropriar-se» da realidade, a *mente* que se esforça por apreender e compreender essa realidade e as *linguagens* que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo” (Sousa, 2002, p.3), poderá levar a que

as notícias não espelhem a realidade porque estão sujeitas às limitações dos seres humanos.

Vizeu (2002, p.1) acrescenta a ideia de que “a concepção do jornalismo como um espelho da realidade desconhece a dimensão simbólica da actividade”. Esta concepção dá conta de que as notícias, sendo elas fruto do trabalho realizado pelos jornalistas, que se encontram integrados numa determinada organização – OCS, não têm em conta certas limitações de que os jornalistas poderão ser alvo.

Teoria organizacional

Ao nível organizacional, o trabalho dos jornalistas na produção de notícias pode ser influenciado por diversos fatores, como é o caso da rede que os variados órgãos de comunicação jornalísticos usam de forma a captar os acontecimentos mais importantes e, por isso, dignos de notícia. Outros fatores como é o caso da obtenção de lucro, a utilização de mecanismos de socialização que ajudam os jornalistas a seguir normas organizacionais, a competição entre editores e editoriais, recursos humanos, financeiros e materiais, a hierarquia e a organização internas, a dimensão e a burocracia interna, os constrangimentos temporais, o clima interno das organizações, etc., fazem também parte do trabalho dos jornalistas na produção de notícias (Sousa, 2006).

A Teoria Organizacional enquadra o jornalista no seu ambiente de trabalho, ou seja, na sua empresa jornalística. Esta teoria resulta de um estudo realizado por Breed em 1955, que chegou à conclusão que a produção de notícias sofre vários constrangimentos organizacionais. Isto acontece, nomeadamente, nas decisões que o jornalista toma acerca da produção de notícias, onde deve sempre ter em conta a organização onde está inserido (in Traquina, 1999b). Daqui se pode depreender que nesta teoria só são considerados os fatores de construção de notícias relacionados com a organização, devendo ser evidenciada a cultura organizacional em detrimento de uma cultura profissional (Traquina, 2004). Como refere Sousa (2002, p.4),

a teoria organizacional enfatiza que as notícias são o resultado das condicionantes organizacionais em que são fabricadas, como as hierarquias, as formas de sociabilização e aculturação dos jornalistas, a rede de captura de acontecimentos que o órgão jornalístico lança sobre o espaço, os recursos humanos e financeiros desse órgão, a respectiva política editorial, etc...

Para terminar, importa evidenciar o facto de os jornalistas, aquando da realização de notícias, estão muito condicionados por um conjunto vasto de fatores, tais como: logísticos, económicos e organizacionais, que enquadram o jornalista como um “Homem de uma organização” (Bogart, cit. in Traquina, 1999b, p. 169).

Teorias construtivistas: a estruturalista e a interacionista

As teorias construtivistas sublinham a importância da cultura profissional como fator determinante, dando ênfase às rotinas diárias e, principalmente, às relações existentes entre os jornalistas e às suas fontes de informação (Traquina, 1999b) destacando-se “o papel dos jornalistas na construção social da realidade” (Correia, 2011, p.113-114). As notícias são vistas como histórias resultantes de um processo de construção linguístico, organizacional, social e cultural, sendo consideradas artefactos discursivos não ficcionados e que ajudam a construir e a reconstruir uma realidade (Sousa, 2002).

Conforme refere Correia (2011, p. 114), “a realidade oferecida pelas notícias é envolta pelos modos de conhecer típicos dos jornalistas e pelos modos específicos que estes possuem de estruturarem o conhecimento através da linguagem”. A construção da notícia só é possível com a seleção de diferentes acontecimentos (Traquina, 2002), e como qualquer outra pessoa, o jornalista possui uma maneira própria de pensar sobre um determinado acontecimento que o leva a noticiar de uma determinada maneira, e por mais que queira ser isento pode dar maior relevo a determinados aspetos, que outros nem se quer abordariam.

Neste âmbito de teorias que assumem a notícia como um processo de construção, surgem as teorias estruturalistas e as teorias interacionistas. Conforme refere Sousa (2002, p.5), a teoria estruturalista diz que as notícias “são um produto socialmente construído que reproduz a ideologia dominante e legítima, o *statu quo*”. Segundo o mesmo autor, isto só acontece porque tanto os jornalistas como os OCS seguem “uma cultura rotinizada e burocratizada e estão sujeitos ao controle da classe dominante” (Sousa, 2002, p.5). Nesta teoria, também ressalta a própria organização dos OCS, onde normalmente são selecionadas certas notícias em função do que caracteriza esse OCS, no sentido de proporcionar uma pré-delimitação dos conteúdos que os jornalistas selecionam, indo ao encontro das expectativas do OCS. De acordo com a teoria interacionista, “as notícias resultam de um processo de percepção, seleção e transformação de acontecimentos em notícias, sobre a pressão do tempo, por um corpo de profissionais relativamente autónomo e autorizado, que partilha de uma cultura comum” (Sousa, 2002, p.5). Nesta teoria, o que se destaca é o facto de os jornalistas

não serem vistos como meros observadores, mas sim participantes ativos na construção de uma realidade (Sousa, 2002). Para esta é necessário que os OCS disponham de um sistema que possibilite aos jornalistas uma rápida identificação dos acontecimentos que possam vir a ser selecionados como notícia.

1.2.1 Fontes

Fontcuberta (1999) refere que na grande maioria dos casos os jornalistas não conseguem testemunhar presencialmente os factos que relatam, sendo necessário recorrer a fontes de informação. Para Santos (2006), estes condicionalismos podem estar relacionados com o tempo, o espaço e os recursos. O contributo das fontes revela-se assim determinante, na medida em que é através delas que os jornalistas obtêm a informação que precisam. Conforme refere Santos (2006, p.75), as fontes constituem “um elemento fundamental na produção de notícia”, e importante para a qualidade da informação produzida pelos OCS.

Como refere Sousa (2006, p.206), “considera-se fonte de informação toda e qualquer entidade que possua dados susceptíveis de serem usados pelo jornalista no seu exercício profissional”. Segundo Fontcuberta (1999, p.46), a fonte pode ser entendida como “pessoas, instituições e organizações de todo o tipo que facilitam a informação de que os meios de comunicação necessitam para elaborar notícias”, tornando-se essa passagem de informação crucial, pois sem ela a realização de notícias não seria possível (Sousa, 2006). Por vezes, as fontes podem vir a revelar-se muito importantes, uma vez que a informação proveniente destas poderá colocar o jornalista em vantagem em relação à concorrência. Conforme refere Castanheira (in Traquina, 1999b), para que o jornalista obtenha informação é necessário que tenha uma relação de confiança e lealdade para com o informador, implicando isto a existência de determinadas regras. O mesmo autor chega a dizer ainda que “ao jornalista compete, se não houver nada em contrário, manter o sigilo sobre a identidade da fonte. Ao informador, por sua vez, cabe responder pela autenticidade dos factos que revela” (Castanheira, cit. in Traquina, 1999b, p.172).

Posto isto, e dando conta da importância das fontes nas notícias, pode-se constatar que existem variados tipos e múltiplas formas de as classificar, conforme as diferentes perspetivas (Sousa, 2006). Sousa (2006) refere que as mesmas podem ser classificadas quanto ao tipo (humanas, documentais, eletrónicas, etc.), quanto à sua proveniência (internas ou externas à organização e mistas), em função do seu índice de atividade (ativas e passivas), no que toca à sua continuidade de atividade (estáveis/permanentes, pontuais/circunstanciais) e de acordo com a sua proveniência

geográfica (locais, regionais, nacionais e internacionais). Por último, também é possível uma classificação de acordo com o estatuto das fontes de informação, podendo ser: oficiais estatais, oficiais não estatais, oficiosas e informais.

Existindo uma panóplia elevada de fontes, importa explicar quais são os critérios que os jornalistas utilizam para as escolher. Wolf (2003) refere cinco fatores que vão ao encontro da necessidade de eficiência por parte dos jornalistas, sendo eles: a oportunidade antecipadamente revelada; a produtividade; a credibilidade; a garantia; e, por último, a respeitabilidade. Destes cinco fatores, destacam-se o da produtividade e o da credibilidade. No que toca à produtividade, esta está associada à qualidade da informação das fontes e à necessidade de limitação do número de fontes, devido aos custos a elas associados e aos prazos que os jornalistas necessitam de cumprir. No que diz respeito à credibilidade, este fator está relacionado principalmente com a necessidade que os jornalistas possuem de obter informação através de fontes em que seja necessário o menor controlo possível (para assim poderem utilizar a informação proveniente de apenas uma fonte de informação, pois esta é considerada credível). Ainda no que toca à credibilidade, Jaspers (1998) enuncia nove critérios que são necessários para aferir se uma fonte é credível ou não: a segurança do documento; a implicação do narrador; a convergência das fontes; a congruência da narração; o interesse da testemunha ou da fonte; o estado físico e mental da fonte; as circunstâncias em que ocorrem os factos; o tempo decorrido entre a ocorrência do facto e o seu relato; e a forma como os factos são transmitidos pela fonte de informação.

Na opinião de Wolf (2003), os jornalistas têm uma maior tendência para escolher as fontes oficiais porque correspondem melhor às suas necessidades, principalmente no que toca à credibilidade, à produtividade e à respeitabilidade. Estas três características são uma premissa constante dos jornalistas em busca de informação para as suas notícias, no entanto, é importante para o jornalista saber quais os acontecimentos que devem ser notícia. Sobre isto, importa tecer algumas considerações sobre os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia.

1.2.2 Critérios de noticiabilidade e os valores-notícia

Como refere Dias (2005, p.5),

quando as notícias saem nos meios de comunicação social, como a televisão ou os jornais, elas foram previamente sujeitas a um processo de selecção. Ou seja, nem todos os acontecimentos são susceptíveis de serem transformados em notícia, mas apenas aqueles que respondem a

uma série de critérios.(...) O jornalista escolhe os acontecimentos segundo a política da empresa, o tipo de audiência ou o custo da cobertura.

Para que um acontecimento seja considerado notícia, é necessário que cumpra pelo menos um dos critérios de noticiabilidade (Canavilhas, in Dias, 2005). Segundo Traquina (1999b), entende-se por critérios de noticiabilidade o conjunto de valores-notícia que vão determinar se um acontecimento é suscetível de se tornar notícia, sendo vistos como “um elemento básico da cultura jornalística” (p.203). Galtung e Ruge (in Traquina, 1999b), no ano de 1965, foram os primeiros a avançar com uma reflexão teórica sobre os valores-notícia. Estes enumeraram doze critérios, sendo eles: a frequência; a amplitude do evento; a clareza; a significância; a consonância; o inesperado; a continuidade; a composição; a referência a nações de elite; a referência a pessoas de elite; a personalização; e a negatividade (Galtung & Ruge, in Traquina, 1999b). Conforme refere Stephens (1988), os valores-notícia “vão-se alterando ao longo dos tempos, mas mantêm sempre a sua essência” (cit. in Dias, 2005, p.24). Com isto, ressalva-se que independentemente dos critérios utilizados ao longo do tempo, os acontecimentos que de alguma maneira sejam vistos como negativos, são vistos como possíveis boas notícias, “respeitando assim a máxima de que «Más Notícias são Boas Notícias» ” (Dias, 2005, p.24).

1.3 A televisão

As primeiras experiências que deram origem à televisão datam do século XIX, embora tenha sido no século seguinte que a mesma surgiu, mais concretamente na década de 1920. As primeiras transmissões experimentais foram realizadas por diversas pessoas, em diferentes locais do mundo (Fabre 1980). A televisão foi evoluindo e atualmente desempenha várias funções na sociedade que são comuns a outros meios de comunicação, tais como: informar, formar e entreter (Sousa, 2006). No entanto, e conforme refere Bourdieu (2001, p.10), “a televisão tem uma espécie de monopólio de facto sobre a formação dos cérebros de uma parte muito importante da população”. Atualmente, a televisão é um meio de comunicação social que possui uma audiência diversificada e está presente no quotidiano de praticamente todas as famílias. Para muitas pessoas o conteúdo que é transmitido desempenha um papel fundamental, uma vez que em muitos casos é a única fonte de informação a que têm acesso. Lopes (2007, p.19) refere que a televisão “poderá não ser o melhor meio para conhecer a realidade, mas será aquele através do qual um número significativo de pessoas acede ao que se

passa”. Torres (2011, p.177) concorda com esta opinião e acrescenta que a televisão é “o principal veículo formador, informador e confirmador de valores, crenças e gostos de enormes extratos da população”. Neste sentido, Santos (2000) acrescenta que a televisão é provavelmente, nos dias de hoje, o mais poderoso centro de poder não institucional existente nas sociedades democráticas, podendo interferir nos mecanismos internos do cidadão. Segundo Popper e Condry (2012, p.38), “a influência exercida baseia-se em dois factores: o tempo passado a vê-la e o conteúdo dos programas”.

O termo “televisão” pode ser entendido como o aparelho eletrónico de transmissão de imagens e som, assim como, “um tipo de conteúdo de características próprias, quer na ficção, quer na informação, que pode ser visto num vasto conjunto de ecrãs” (Cardoso, Espanha, & Araújo, 2009, p. 246). A televisão surge com o propósito de transmitir informação entre o emissor e o recetor (Sousa, 2006) e com o aparecimento das novas tecnologias, como por exemplo, os videojogos, o vídeo, a internet e o telemóvel, tudo se foi alterando, dando origem a uma maior interatividade entre o emissor e o recetor (Cardoso et al., 2009). Nesta relação importa ter em atenção que o excesso de informação transmitida pela televisão pode proporcionar algumas dificuldades aos telespectadores, não tendo capacidade para compreender toda a informação. Segundo Baran e Davis (2012), a dificuldade de compreensão ocorre porque os telespectadores veem a televisão como um meio de entretenimento, desenvolvendo determinadas estratégias e capacidades que apenas são eficazes com este tipo de conteúdo. Diferente é a interpretação do conteúdo noticioso, uma vez que os telespectadores, quando estão a ver televisão, normalmente desenvolvem outras atividades em simultâneo, não prestando a atenção necessária para conseguir uma interpretação eficaz do seu conteúdo. De acordo com Baran e Davis (2012), as pessoas só focam o ecrã quando a sua visão ou audição captam algo que lhes chame à atenção. Quando isto acontece, ocorre um processo de ativação de esquemas que lhes permite dar sentido ao que visualizam e memorizar a informação. No entanto, a dificuldade de interpretação dos conteúdos televisivos não poderá apenas ser imputado ao recetor mas também aos emissores televisivos, como é o caso da transmissão de notícias com uma quantidade elevada de conteúdos verbais e não-verbais num período de tempo reduzido (Baran & Davis, 2012).

A televisão utiliza um tipo de linguagem denominada “linguagem audio-scripto-visual” (Sousa 2006), que se estabelece através de um processo de interação de imagens, sons e textos escritos, sendo colocados perante o telespectador. Contudo, é a imagem que desempenha o papel mais importante, muito devido ao facto de conseguir despertar mais rapidamente o interesse nas pessoas do que os restantes conteúdos.

Sobre a importância da imagem, Santos (2000, p. 27) refere que “o ver prevalece sobre o falar, no sentido em que a voz *off* ou de um falante, é secundária, está em função da imagem, comenta a imagem”. Como se percebe, a imagem assume uma elevada importância na televisão que, por norma, é imediata, simples, de fácil memorização e gera emoções nas pessoas.

1.3.1 A televisão em Portugal

A televisão foi evoluindo ao longo dos tempos, sendo na década de 1950 que Portugal começa a pensar em criar uma Televisão. Em 1953, o Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional de Radiodifusão iniciou os primeiros trabalhos para a criação de uma rede de distribuição de sinais de televisão, mas é só a partir de 1957 que surge a emissão regular televisiva com o aparecimento do canal RTP (Rádio Televisão Portuguesa). Passados 21 anos surge o segundo canal da RTP. Esta foi a oferta televisiva disponibilizada aos portugueses até ao ano de 1992, altura em que apareceu o canal de televisão privada SIC (Sociedade Independente de Comunicação) e no ano seguinte o canal TVI (Televisão Independente). A partir de 1993 os portugueses dispunham de quatro canais televisivos em sinal aberto, sendo a RTP 1 e a RTP 2 financiados pelo Estado e por receitas publicitárias, a SIC e a TVI dependentes das receitas publicitárias, da venda de conteúdos e do *merchandising* (Vaz, 2009).

Conforme o previsto no artigo 38.º, n.º 5 da Constituição da República Portuguesa (CRP), o Estado deve assegurar a existência e o funcionamento de um serviço público de televisão, devendo para isso disponibilizar os meios necessários para a sua prestação. No mesmo artigo, o n.º 6 refere que a estrutura e o funcionamento do serviço público de televisão deve garantir a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, assim como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Tratando-se a RTP de um canal de televisão financiado pelo Estado é obrigado a prestar serviço público, conforme o previsto no Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão (2008). Esta obrigação, contemplada no contrato, impõe certos limites na sua programação, estrutura e funcionamento, devendo ser totalmente independentes do Governo, da Administração e de outros poderes públicos. No referido contrato está delimitado que a televisão de serviço público não se deve submeter exclusivamente a uma lógica de mercado, devendo apostar na liberdade, abertura, modernidade e cobertura das variadas correntes de opinião e interesses legítimos dos portugueses. Outra imposição importante, prevista no contrato de concessão, é a de que a RTP deve excluir qualquer tipo de programação que incentive o ódio político,

devendo ser independente face ao poder político, económico e diversos grupos de influência presentes na sociedade, transmitindo uma programação e informação que provoque uma genuína confiança na população. Posto isto, e conforme menciona Dina Vaz (2009, p.11), “a RTP deve prestar serviço público, no verdadeiro sentido da palavra, ou seja, informar o cidadão da forma mais correta e criar programas úteis e didáticos que ajudem na formação do telespectador”. No que toca à informação, a RTP deve “realizar um trabalho de interesse geral e dar uma resposta eficaz às exigências informativas dos cidadãos” (Vaz, 2009, p.12). Para isso, o Contrato de Concessão diz que os serviços noticiosos devem cobrir os principais acontecimentos de âmbito nacional, internacional e regional, respeitando os critérios jornalísticos que evidenciem a notícia, pela sua relevância social e não apenas pelo impacto que produz no público, devendo ser contextualizada, precisa, completa, imparcial perante os poderes públicos e os privados, rigorosa e plural. A RTP deve “proceder ao relato dos acontecimentos como ocorreram, sem tomar partido, ou escondendo parte dos factos ocorridos” (Vaz, 2009, p.12). Segundo a mesma autora, a informação da RTP deve ainda conter “vários pontos de vista, várias análises sobre o assunto, aprofundar as relações e as consequências, com uma contextualização bem definida sobre cada problema da sociedade” (Vaz, 2009, p.12).

Conforme impõe o n.º4, do artigo 38.º da CRP, o Estado deve assegurar a liberdade e independência de todos os OCS, face ao poder político e económico. Para isso, a Lei da televisão (Lei n.º 27/2007, de 30 de Julho) que regula o acesso à atividade de televisão e o seu exercício, contribui para proporcionar alguns limites à liberdade de programação, onde se incluem os conteúdos dos telejornais de canais privados. A Lei da televisão, no artigo 34.º, n.º 2, alínea a) refere que são obrigações gerais de todos os operadores de televisão, que explorem serviços de programas televisivos generalistas, de cobertura nacional “assegurar, incluindo nos horários de maior audiência, a difusão de uma informação que respeite o pluralismo, o rigor e a isenção”, assim como o previsto na alínea c), de “garantir uma programação e uma informação independentes face ao poder político e ao poder económico”.

No caso da SIC e da TVI, por serem privadas, têm a necessidade de se autofinanciar, utilizando para isso, na grande maioria das vezes, os contratos publicitários (Vaz 2009). Estes canais, mais propensos a uma lógica comercial, onde o que interessa é o lucro para garantir o seu funcionamento, possibilitam um leque mais variado de conteúdos aos seus telespectadores. Segundo Vaz (2009), os canais privados

têm liberdade para privilegiar certos conteúdos em detrimento de outros, de acordo com a política editorial do jornal. Ao contrário do canal público, o financiamento das televisões privadas é uma preocupação pelo que a procura de conteúdos com interesse para o público é uma constante. Mais do que formar, estes canais têm o intuito de vender, de chamar à atenção e de cativar o cidadão. (p.13)

No entanto, os canais privados também são obrigados a possuir uma programação que não conflitue com os princípios éticos, nomeadamente, que respeitem o princípio da dignidade da pessoa humana e os demais direitos fundamentais.

A televisão privada utiliza um sistema de normas internas para definir as formas de abordagem das notícias e, apesar de ter a capacidade de demonstrar uma determinada tendência e facultar diversos pontos de vista, é obrigada a “manter sempre as características de verdade e pluralismo de toda a informação. Não pode manipular a informação, apenas privilegiar o ângulo que mais lhe convêm em função da audiência, relações do canal, etc.” (Vaz, 2009, p.14).

1.3.2 O jornal televisivo

O jornal televisivo diz respeito ao espaço televisivo que expõe informação diariamente, sendo considerado como “o principal meio de informação e o reflexo do mundo próximo e longínquo para vastas camadas da população” (Cascais, 2001, p.186). Para Jaspers (1998), os telejornais são considerados como um género televisivo, possuidor de regras próprias de seleção, estruturação e mediação. Estes são de grande importância para os canais televisivos, uma vez que correspondem aos programas que transmitem mais credibilidade, devendo difundir uma informação séria e rigorosa de modo a cativar os telespectadores e assim prestarem mais atenção aos restantes programas do canal televisivo (Vaz, 2009).

Conforme refere Herreros (1998), o telejornal tem como função principal a de, periodicamente e sistematicamente, transformar determinados acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia numa notícia ou num conjunto de notícias – bloco informativo. No entanto, a informação contida num telejornal pode ser transmitida de diversas formas, sendo maioritariamente constituída pela integração de várias imagens em movimento, a voz do jornalista e as intervenções das pessoas envolvidas no acontecimento em questão. Vaz (2009) refere que esta interligação é estabelecida tendo em conta a compreensão clara da notícia, por parte dos telespectadores, devendo possuir uma

estrutura breve e precisa, e deve “responder às perguntas quem, o quê, quando, onde, como e porquê” (p.44). Herreros (1998) também corrobora desta opinião e refere que os telejornais são vistos como programas devidamente organizados, que transmitem uma visão parcial da vida social e são

programas que contêm várias unidades, notícias ou peças que têm um significado parcial por si só – feita por narrações curtas de interesse geral – e que se integram em grupos ou blocos mais amplos e estes, por sua vez, dentro da unidade global que integra o noticiário. (p.474)

Em relação à estrutura, os noticiários televisivos são estruturados conforme o impacto que as notícias provocam nas pessoas. Assim, normalmente a primeira notícia surge como sendo a principal e mais importante e a que se pretende distinguir em relação aos outros canais televisivos (Vaz 2009).

Conforme refere Vaz (2009), depois de seleccionadas as notícias que serão abordadas no telejornal, as mesmas são dispostas conforme a sua importância, devidamente enquadradas pelos diferentes blocos temáticos, para permitirem uma melhor percepção, ainda que todas “as notícias televisivas são elaboradas individualmente e cada uma possui autonomia relativamente às restantes” (p.44).

Sabe-se que, atualmente, os jornais televisivos são os programas mais visualizados, pelo facto de “reunirem assuntos de várias categorias temáticas num horário de grande disponibilidade para a maioria das pessoas” (Vaz, 2009, p.25). Segundo a mesma autora, “a luta por maiores audiências, como sinónimo de mais publicidade e maiores receitas económicas, levou a uma estruturação do noticiário pensado para manter a audiência” (Vaz, 2009, p.51), podendo muitas vezes evidenciar temas que despertem a atenção a uma audiência vasta, “produzindo conteúdos de fácil percepção e assimilação, mas que, muitas vezes, não revelam nada de significativo” (Vaz, 2009, p.25). Este facto pode proporcionar um aumento acentuado de divergências entre os canais privados e os públicos, uma vez que “os canais privados tratam de seleccionar notícias que podem ser mais atractivas para o telespectador, enquanto os canais públicos ainda estão pendentes do que mais interessa e do que maior serviço presta à audiência” (Herreros, 1998, p.475).

Como consequência da conquista de mais audiências, resultantes do fator económico e da concorrência por parte dos canais televisivos, os telejornais foram sendo tomados pela informação-espetáculo. Segundo Canavilhas (2001, p.1), “ para que as audiências aumentem é necessário tornar a informação mais apelativa e o caminho mais fácil é o da opção pela informação-espetáculo”. Esta forma de expor a

informação proporciona a seleção das notícias, tendo como principal objetivo a procura do sensacionalismo e da espetacularização, dando à televisão uma maior preponderância à dramatização, exagerando na importância e na gravidade de um determinado acontecimento (Bourdieu, 2001). Popper e Condry (2012, p.22) concordam com esta afirmação e referem que “a violência, o sexo, o sensacionalismo, são os meios a que os produtores de televisão recorrem mais facilmente: é uma receita segura, sempre apta a seduzir o público”. Para Canavilhas (2001), a construção da notícia televisiva assenta em quatro elementos para aumentar a espetacularidade: o primeiro prende-se com a seleção de notícias que evidenciem os dramas humanos; o segundo passa pela utilização da reportagem e do direto tirando o maior partido da emoção que o repórter conseguir; o terceiro passa pela dramatização com a utilização da linguagem não-verbal e de gestos; e, por último, os efeitos visuais, dispondo e selecionando as imagens de uma determinada forma para aumentar a espetacularidade.

Sendo a televisão um meio de transmissão rápido de imagens, estas são utilizadas com o objetivo de proporcionar o aumento de emoções nas pessoas. Assim, e como refere Vaz (2009, p.27), “apelando à emoção, a informação torna-se espetáculo quando é transmitida através de imagens rápidas que aparecem e desaparecem, deixando apenas a emoção”. Bento (2012, p.27) justifica que “a associação do espectáculo à informação televisiva passa primeiramente pela própria linguagem televisual, ou seja, uma linguagem subvertida às imagens que por serem imediatas não requerem aprofundamento”. Seguindo este pensamento, Bill (2010) entende que para aumentar a carga emotiva do acontecimento noticiado, opta-se pela utilização de uma imagem que impressione, dizendo mais do que ocorre na realidade. O mesmo autor refere ainda que

actualmente passamos a viver uma supervalorização da imagem pois, com a justificativa de que a notícia precisa ser passada com a máxima rapidez ao telespectador, há uma preocupação em transmitir imagens fantásticas e chocantes, resumindo o facto a uma única cena que explica mais que cem palavras, o que gera um verdadeiro espetáculo do noticiário na televisão. (Bill, 2010, p.3)

Eduardo Torres (1998, p.177) corrobora desta opinião e diz que “na TV, por mais importante que seja o *pivot* ou o assunto, as notícias sem imagens tendem a ser, por norma, irrelevantes”.

No que diz respeito ao sensacionalismo que é transmitido nas televisões, Dias (2005, p.34) evidencia que “tenta-se ganhar mais audiência a todo o custo, nem que para isso seja preciso distorcer a realidade e confundi-la com a ficção”. Assim, os telejornais selecionam determinados acontecimentos tendo apenas em atenção os critérios de noticiabilidade que apelam ao conflito e ao drama (Dias, 2005). Sendo os acontecimentos escolhidos praticamente iguais em todos os canais televisivos, “torna-se necessário mostrar diferentes perspectivas desse mesmo assunto: a informação torna-se assim espetáculo que procura no sensacionalismo e na rapidez, os ingredientes que fazem subir as audiências, nem que isso seja conseguido à custa de imprecisões” (Canavilhas, 2001, p.8).

Como apresenta Canavilhas (2001), a informação-espetáculo assenta em quatro argumentos que a podem tornar pouco consistente, falaciosa e especulativa. O primeiro argumento é o sensacionalismo, que “misturando três ingredientes – sangue, sexo e dinheiro – a informação-espetáculo obtém a fórmula que faz subir audiências (...) [podendo-se ainda juntar a estes ingredientes] o aparentemente inesperado, o falso exclusivo e o surpreendente” (p.8); o segundo argumento, prende-se com a ilusão do direto, onde o que se pretende é realçar a emoção em tempo real; em terceiro surge a uniformização, que pelo facto de não existir muita informação de suporte, os comentários utilizados são muitas vezes redundantes e uniformes, em que “não há referências históricas, não há recurso à técnica, nem hipóteses de simulação” (p.9); por último, o quarto argumento, prende-se com o surgimento de efeitos perversos, de onde se destaca

o julgamento «à priori» (...) [onde] o querer mostrar mais, leva aos directos e às simulações sem bases que o suportem. Sendo a informação mais rápida que a Justiça, o telespectador é induzido a efectuar o seu próprio juízo, fazendo com que o próprio julgamento fique desde logo condicionado. (p.9)

No entanto, Canavilhas (2001) apresenta alguns pontos positivos em relação à utilização da informação-espetáculo. O primeiro diz respeito ao contrapoder exercido pelos *media*, que “surgem como a voz de todos quantos se sentem mal representados ou indefesos” (Canavilhas, 2001, p.9); o segundo aspeto positivo está relacionado com o postulado defendido por Dominique Walton de que o “público é inteligente”, onde “uma vantagem da informação-espetáculo poderá ser a forma como ela transmite ao telespectador os limites do aceitável” (in Canavilhas, 2001, p.10).

Por fim, importa ter em atenção que com a espetacularização da informação, as notícias podem tornar-se cada vez mais banais, deixando de informar os telespectadores, não conseguindo assim, formar uma opinião crítica sobre os assuntos mais importantes da sociedade (Vaz, 2009).

1.3.3 Políticas Editoriais

Qualquer empresa que se dedique à comunicação deve ser possuidora de uma política editorial, definida pelo seu editor e que, segundo a opinião de Pena (2005) serve para determinar qual a lógica que essa empresa perceciona do mundo, indicando quais são os seus valores e paradigmas. Na escrita de notícias é necessário aplicar regras e obedecer a normas que são fruto de um trabalho coletivo, por vezes anónimo, e acumulado ao longo dos anos. Para facilitar a tarefa dos jornalistas e uniformizar a escrita nos diversos OCS, foram criados os “livros de estilo” que não são imprescindíveis, mas ajudam os OCS a criar uma identidade.

Os livros de estilo correspondem às normas linguísticas (que nem sempre podem ser resolvidas com o simples recurso a dicionários e gramáticas) e regras de natureza técnica e deontológica (estas, até certo ponto comuns ao trabalho jornalístico em geral). São realizados por autores desconhecidos e pretende-se que sejam utilizados por todos os jornalistas de um OCS. O principal objetivo do livro de estilo consiste em materializar em texto, o carácter, a imagem, os princípios e a ideia que um determinado OCS pretende transmitir (Deusdado, 2011). Normalmente os livros de estilo são constituídos por dois capítulos diferentes: o primeiro aborda a ética e a deontologia, ou seja, o comportamento que qualquer jornalista deve observar segundo as regras deontológicas e éticas; o segundo aborda uma parte mais técnica, onde estão descritas as formas como devem ser feitas as notícias. No livro de estilo não devem ser tidas em conta apenas as generalidades que decorrem da prática universal do bom jornalismo, mas também de coisas mais particulares, podendo incluir pormenores que ajudam a construir uma identidade de um determinado OCS (Deusdado, 2011). Em suma, o livro de estilo corresponde a um guia prático absolutamente transversal, que tanto pode ser utilizado nas tarefas realizadas pelo editor como na escrita da notícia mais pequena do jornal. Embora os livros de estilo sejam importantes para a edição de notícias, uma vez que permitem a melhoria da qualidade informativa produzida pelos OCS, estabelecendo determinadas regras, no entanto, nem todos os possuem. Uma redação pode sobreviver sem livro de estilo, mas ele é fundamental para a criação de uma plataforma comum no entendimento da identidade de um OCS (Deusdado, 2011). Os códigos de conduta também são sinónimo de regras a cumprir, assim como o prontuário, um instrumento

que serve como guia orientador de pronúncia que muitas vezes fazem parte do livro de estilo dos OCS, ajudando a uniformizar e a respeitar o uso da língua portuguesa (Deusdado, 2011).

Todo o trabalho jornalístico enquadra-se num ambiente e numa prática profissional específica. A este nível, Brandão (2005, p.125) refere que “hoje, não é possível entender as notícias sem também uma adequada compreensão da própria cultura dos jornalistas, que são os «agentes especializados» do «campo jornalístico»”. Assim, antes do surgimento de uma notícia num jornal televisivo, todos os conteúdos são alvo de um conjunto de procedimentos com características específicas que se tornam fundamentais para a sua edição, surgindo assim a necessidade de criar linhas editoriais. Como refere Traquina (2001), as linhas editoriais são normalmente seguidas pelos jornalistas, porque eles sabem que todo o seu trabalho irá passar por várias pessoas antes de ser editado, podendo sofrer alterações. Para evitar que isto aconteça, os jornalistas têm de se antecipar para que os seus trabalhos não sejam alterados e, até mesmo, para que não sejam repreendidos pelo trabalho que fizeram. No processo de seleção das notícias intervêm profissionais designados por *gatekeepers* e, a este fenómeno denominamos de *gatekeeping*. Cascais (2001, p.98) faz referência a estes profissionais (*gatekeepers*) afirmando que são “instituições ou indivíduos que estabelecem ou fiscalizam normas e valores ou que seleccionam e decidem o que deve ser impresso, difundido, produzido pelos *media*”. O *gatekeeping* na perspetiva de Traquina (1999 a, p.134) é referido como sendo

o processo de produção da informação [e] é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos «portões» (os famosos gates) que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista (*gatekeeper*) tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não, ou seja, a notícia acaba por passar pelo «portão» ou a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua morte (a notícia não será publicada, pelo menos, nesse órgão de informação).

Como refere Breed (in Traquina,1999b), o trabalho do jornalista exige sempre um mínimo de autonomia profissional, não podendo as linhas editoriais ser demasiado rígidas. Para isso, o mesmo autor apresenta cinco possibilidades que podem ser utilizadas pelos jornalistas de forma a contornar algumas imposições das linhas editoriais, sendo eles: a possibilidade de serem feitas diferentes interpretações das

linhas editoriais, muito por causa de elas serem na maior parte das vezes muito abrangentes; a possibilidade de o jornalista poder determinar a relevância dos elementos que constituem a notícia; a cedência a outro jornal das suas notícias para aumentar a sua relevância; a possibilidade de muitas vezes o jornalista dominar melhor o tema que o editor; e por último, o estatuto dos jornalistas que por algumas vezes lhes possibilita violar as linhas editoriais sem que sejam chamados à atenção. Importa referir que a intromissão no espaço editorial dos jornalistas causa algum desconforto, no entanto, a existência de uma linha editorial não tem o propósito de criar mecanismos de censura, mas antes estabelecer quais os parâmetros que um jornalista deve ter em consideração para realizar o seu trabalho, ou seja, as linhas de estilo acabam por se tornar um farol ideológico e metodológico do jornalista.

Nos OCS televisivos portugueses, mais concretamente a RTP 1, a SIC e a TVI, verifica-se que não existe uma definição concreta das linhas editoriais. Ainda assim, no caso da RTP 1 existe o código de ética e o contrato de concessão, que delimitam a atividade jornalística, referindo alguns princípios e normas que devem ser utilizados pelos intervenientes na produção informativa.

No caso da RTP 1, e como refere Cruz (2014), depois de entrevistar os principais intervenientes do processo de decisão da edição do telejornal, os mesmos, “ainda que não consigam dar uma definição teórica, possuem uma noção prática do que poderá ser a linha orientadora dos conteúdos selecionados e emitidos no telejornal” (p.490). Assim, a mesma autora refere que é possível identificar alguns conceitos-chave que estão associados à linha orientadora do telejornal da RTP, tais como: a atualidade, a diversidade, o equilíbrio e a confiança (Cruz, 2014). Constatou-se que não existe uma “apresentação objectiva e unânime dos traços-guia que orientam as decisões editoriais. Talvez por não serem linearmente definíveis” (Cruz, 2014, p.490), muito devido ao facto de esses traços-guia não serem estanques, uma vez que a prática jornalística deve ter sempre em atenção circunstancialismos de lugar e de tempo, não necessitando as linhas editoriais de proporcionar alguma margem “que reflita as circunstâncias que envolvem a produção informativa a determinado momento” (Santos, cit. in Cruz, 2014, p.491).

Sendo a RTP um canal de serviço público, deve o mesmo equilibrar a sua oferta, não devendo ficar limitado à lógica do mercado. Este necessita de tratar os telespectadores de forma correta, tentando colmatar todos os interesses e as necessidades informativas dos cidadãos (Vaz, 2009). Então, sendo o Telejornal, um jornal televisivo da RTP 1, os seus conteúdos têm algumas limitações que o tornam peculiar em relação aos outros canais televisivos, ou seja, procura a todo o momento

possuir uma linha editorial de rigor e objetividade, no entanto, não se pode esquecer das audiências. Para isso, e conforme refere a responsável pela editora de Sociedade da RTP (BRT) em 2013, “a linha editorial do telejornal tem sobretudo dois grandes objectivos: Chegar ao maior número de pessoas e tratar os temas mais marcantes da actualidade” (BRT, cit. in Cruz, 2014, p.488).

No caso da RTP 1, e conforme refere o diretor de informação (JAC) no ano de 2013 (JAC, cit. in Cruz, 2014, p.486),

há duas preocupações editoriais na construção do Telejornal: a primeira é que seja um jornal que reflecta a actualidade do país e do mundo. (...)

A outra dimensão é a permanente relação de confiança que deve ter com as suas fontes e com os seus espectadores. Não é um jornal de escândalos. É um jornal de confiança.

O mesmo acrescenta ainda, que o Telejornal tem como obrigação ser o mais heterogéneo da televisão portuguesa, não só devido à sua história, como também devido ao contrato de concessão de serviço público, limitando alguns “luxos editoriais” que possibilitariam o privilégio de alguns segmentos ou fontes em detrimento de outras (JAC, in Cruz, 2014). Assim, e conforme o descrito no código de ética da RTP 1 (RTP, 2013), a linha editorial do telejornal deve elevar o interesse público, devendo respeitar os valores da independência, da acessibilidade, do pluralismo, da cultura nacional, dos interesses das minorias, da variedade, da inovação e do desenvolvimento. Em matéria de informação, o código de ética refere que o canal deve possuir uma informação plural, “que respeita rigorosamente a realidade dos factos (...) [em que os jornalistas] agem com total independência do poder político e económico no respeito pelos princípios editoriais de independência e imparcialidade” (RTP, 2013, p. 10).

Em relação ao canal televisivo SIC, e conforme refere o seu estatuto editorial (SIC, 2011), tem como principal objetivo “a difusão de uma programação de qualidade e rigor informativo, independente do poder político ou económico e de qualquer doutrina ou ideologia” (SIC, 2011, p.1). Em matéria de informação, vem referido que este canal se compromete a respeitar os princípios deontológicos e éticos do jornalismo, assim como a transmissão de uma informação com responsabilidade, serenidade e tolerância, que exclua incitamentos à prática de crimes ou à violação dos direitos fundamentais. No seu estatuto editorial vem ainda referido que a informação deste canal será isenta e rigorosa, dinâmica e profunda, e terá sempre em conta o respeito pela pessoa humana e o interesse nacional. O telejornal de uma televisão generalista deve tentar chegar a toda a população, devendo conter temas que interessem a um público diversificado,

tentando alcançar toda a população portuguesa. O mesmo deve ser isento, rigoroso e responsável. No entanto, no seu livro de estilo apenas vêm descritas algumas especificações a ter em conta no alinhamento, nas peças, no trabalho de equipa, na forma de estar, expor e vestir, regras na citação de fontes, grafismo, e outros pormenores.

No que diz respeito à TVI, e à semelhança da SIC, sendo eles canais privados, têm como principal objetivo as audiências. Assim, estão mais direcionados para a questão económica e publicitária, de forma a obter lucros. Quando surgiu a TVI, esta veio revolucionar o mundo da televisão privada com o seu tipo de canal inovador, mostrando a utilização de linhas editoriais de informação completamente diferentes, em que a TVI era designada como a “«popularização do jornalismo», enquanto a informação da SIC e da RTP era descrita como tendo «modelos de valor notícia similares aproximando-se de uma conceção de jornalismo de serviço público»” (Gomes, 2011, p.165).

2. Polícia

A Polícia tem vindo a ser objeto de estudo ao longo dos últimos cinquenta anos, de onde se têm verificado algumas mudanças e evoluções paradigmáticas (Reiner, 2010). Atualmente assume-se que a Polícia consiste num “conjunto de pessoas que patrulham locais públicos de uniforme (...), com a responsabilidade de controlo criminal, manutenção da ordem e algumas funções de serviços sociais” (Reiner, 2010, p. 3). O mesmo autor acrescenta ainda, que existe uma noção geral de Polícia, em que ela é vista como uma forma de controlo social formal e que a ordem social não era possível sem a existência de forças policiais (Reiner, 2010). No entanto, e para perceber melhor o que é a Polícia, é necessário distinguir dois conceitos: o de Polícia e o de policiamento. Na opinião de Reiner (2010, p.4), o que distingue um do outro é que “ «Polícia» refere-se a um tipo muito particular de instituição social, enquanto o «policiamento» implica um conjunto de processos com funções sociais específicas”. Segundo o mesmo autor, a essência do policiamento consiste na regulação e proteção da ordem social, podendo-se fazer recurso legítimo da força nos casos em que for necessário. Reiner (2010) acrescenta ainda que o policiamento é essencial em qualquer sociedade para manter a ordem social, podendo ser realizado por diferentes organizações institucionais e de variadas formas.

As sociedades modernas assumem ideologicamente que a Polícia é um pré-requisito fundamental e é vista como uma forma de controlo social formal, e a ideia de policiamento é muitas vezes comparado com a ideia de controlo social (Reiner, 2010).

Assim, é necessário perceber o que se entende por controlo social. Conforme refere Reiner (2010), a definição deste conceito não é consensual, segundo Cohen (cit. in Reiner, 2010, p. 4) o conceito de controlo social deve ser restringido “às formas organizadas de acordo com as quais a sociedade responde aos comportamentos e pessoas que se perspetiva como desviantes, problemáticas, preocupantes, ameaçadoras ou indesejáveis”. O mesmo autor acrescenta ainda que “a ideia de controlo social pode ser avaliada de forma positiva ou negativa, de acordo com os diferentes interesses e posições políticas” (cit. in Reiner, 2010, p.4). No caso em que o controlo social é visto de forma positiva, este é considerado um requisito fundamental, sem o qual não existe ordem social. Já no que se refere à forma negativa, esta é “considerada como uma produção de desvio, através da rotulagem e estigmatização” (Becker, in Reiner, 2010, p. 4).

Heywood afirma que “a ordem pode ser universalmente vista como uma coisa boa, trazendo com ela a promessa de estabilidade e de segurança pessoal, mas existem diferenças quanto à melhor forma de alcançá-la”(cit. in Felgueiras, 1999). No entanto, para Felgueiras, o “conceito operacional de ordem pública (...) [trata-se] de uma função espaço-temporal, onde as circunstâncias referenciais da vida em sociedade mantêm-se inalteradas, fundamentalmente, devido à inexistência de níveis de irritabilidade e de violência idóneos a condicionarem a normalidade da vida quotidiana.” (1999, 146)

Conforme já foi referido, o policiamento consiste na regulação e proteção da ordem social em que pode mesmo ser utilizada a força. No que diz respeito ao uso da força, este é um direito exclusivo do Estado e é visto como um poder limitador da conduta humana (Caetano, 2001). Segundo Weber (in Durão, 2008, p.15), a Polícia é vista “como a agência social do Estado encarregue de usar legitimamente a força coerciva”. Partindo disto, poder-se-á dizer que a Polícia surge como a entidade especializada na utilização do recurso da força, com o objetivo de evitar a violação de normas, das quais poderiam resultar danos graves para a sociedade. Sendo a Polícia uma instituição pertencente ao Estado, que é vista como uma instância com estatuto mais elevado, pode-se dizer que a Polícia tem poderes para definir a realidade no que respeita a matérias da sua especialidade. Assim, integra-se neste ponto a noção de “hierarquia de credibilidade”, desenvolvida por Becker (1967), referindo que em qualquer sociedade, os membros que possuam um estatuto mais elevado são possuidores do direito para definir o modo de funcionamento da sociedade. Segundo o mesmo autor, esta ideia surge dos costumes da sociedade, onde os membros da comunidade que possuem um estatuto mais baixo são “moralmente obrigados a aceitar as definições impostas” (Becker, 1967, p. 241). No entanto, é necessário lembrar que

nem todas as instituições do Estado desempenham as suas funções da forma que a sociedade em geral gostaria, surgindo assim as manifestações onde as pessoas pertencentes a uma determinada sociedade e descontentes com os trabalhos desenvolvidos pelas instituições mostram o seu descontentamento.

Atuação policial em grandes eventos de cariz político

Conforme refere Felgueiras (2009, p.147), “algumas organizações policiais investiram os seus recursos, por um lado, na compreensão dos fenómenos de violência, no estudo dos movimentos sociais, das organizações e dos grupos, por outro lado, no desenvolvimento de respostas menos nocivas, principalmente, para os sujeitos prevaricadores”.

Várias investigações têm sido feitas em torno da atuação policial nas manifestações para tentar perceber qual a relação entre a polícia e os manifestantes. Estas investigações dão conta de que a utilização de determinadas técnicas e comportamentos por parte da polícia, podem fazer aumentar ou diminuir a violência utilizada pelos manifestantes. Donatella della Porta (1996) estudou a evolução dos estilos de policiamento e a reação dos manifestantes em Itália e na Alemanha, tendo verificado que em qualquer manifestação existe uma tensão constante entre a polícia e os manifestantes, uma vez que os manifestantes defendem os seus direitos e a polícia preocupa-se em manter a ordem e a tranquilidade pública, tornando os policiamentos difíceis de efetuar. della Porta (1996) refere ainda que existem várias condicionantes para definir a forma de policiar os eventos, nomeadamente, a legislação que regula as manifestações, os direitos dos intervenientes, as instituições e a cultura política. A mesma autora concluiu ainda que o tipo de policiamento utilizado nas manifestações influencia o comportamento dos manifestantes, na medida em que a utilização de um policiamento mais repressivo e coercivo faz com que a maioria dos manifestantes se tornem pacíficos, no entanto, esta atitude espoleta nos manifestantes mais radicais um comportamento mais violento. Outra investigação, realizada por Waddington (2007), concluiu que existe uma influência quase direta entre as ações da polícia e as reações dos manifestantes. Este autor lançou a ideia de que um comportamento de fraqueza ou de hesitação demonstrado pela polícia num cenário de desordem, pode motivar os manifestantes a enfrentarem a polícia. Por outro lado, se a polícia utilizar um comportamento demasiado ostensivo, pode provocar nos manifestantes um sentimento de desproporcionalidade e injustiça, fazendo com que os manifestantes e mesmo os transeuntes se unam para combater esta injustiça. Este mesmo autor defende que quanto maior for a comunicação e a negociação entre a polícia e os manifestantes,

maiores serão as possibilidades para que não ocorra violência nos eventos (Waddington, 2007). Hylander e Guvå (2010) também realizaram um estudo, tendo como objetivo compreender a forma como são interpretados os comportamentos e as intenções entre os intervenientes – polícia e grupo de manifestantes. Analisados diferentes eventos, os investigadores concluíram que os que se tornaram violentos foram aqueles em que a polícia interpretou de forma diferente o comportamento e as intenções dos manifestantes, em que os mesmos tiveram a percepção de que o seu comportamento era legítimo, exercendo o direito de protesto, ao passo que a polícia entendeu que o comportamento era ilegítimo. Conforme referem estes estudos, a forma como a polícia e os manifestantes percecionam a organização do evento pode condicionar o desenrolar do mesmo. Revela-se assim, a importância da legitimidade percecionada por quem sofre os controlos sociais para as instituições que têm como principais funções a de zelar pela ordem social, como é o caso da PSP.

A polícia de segurança pública e os OCS

Sendo a Polícia uma instituição que tem o ónus de zelar pela ordem social, compreende-se que se preocupe em perceber como está a ser entendida a legitimidade da sua atuação por parte de quem sofre o controlo social, para garantir a sua subsistência e continuidade. Sendo a PSP uma força de segurança ao serviço do Estado e dos cidadãos, muitas vezes é alvo de escrutínio por parte dos mesmos. Contudo, nem sempre os cidadãos têm contacto direto com a instituição, sendo que muitas das vezes a percepção da imagem da polícia é fundada através da percepção da imagem que é transmitida pelos *media*, ou pelos familiares e amigos (Miller, Davis, Henderson, Markovic, & Ortiz, 2004). Por este facto, nos casos em que não existe um contacto direto com a PSP, os meios de comunicação demonstram ser uma excelente ferramenta, verificando-se que é importante desenvolver uma imagem institucional positiva perante os OCS, visto serem meios de obtenção de informação por parte dos cidadãos. Segundo Greer e McLaughlin (2011), as notícias divulgadas pelos meios de comunicação social podem funcionar como intermediários da opinião pública, procurando exercer funções “paralelas de «justiça» tendo em vista o desempenho de um papel que se entende estar para lá dos interesses ou capacidades da autoridade institucional formal” (p. 27). Surge assim o conceito desenvolvido por Greer e McLaughlin (2011, p.27) de “juízo através dos *media*”, que o definem como um processo dinâmico e direcionado em função do impacto das notícias transmitidas pelos OCS, através dos quais são julgados pelo “tribunal da opinião pública” (Greer & McLaughlin, 2011, p.27).

Sendo a televisão um OCS com uma vasta audiência, a transmissão de um assunto através deste meio, poderá ganhar repercussões anormais face à sua mediatização e interesse manifestado pelo público, podendo as notícias transmitidas pela televisão sofrerem alterações propositadas, com o fim de aumentar a espetacularidade e assim constituir-se como geradoras de sentimento de insegurança. Esta questão ganha interesse no presente trabalho, tendo em vista que se pretende comparar o discurso televisivo sobre a atuação policial em grandes eventos de cariz político que é perpetrado pelo canal público RTP 1 e pelos canais privados SIC e TVI.

3. Problema de investigação

Os conteúdos transmitidos pelos OCS são muitas vezes considerados influenciadores do comportamento humano. Após a análise das teorias da comunicação, é possível verificar que os OCS são capazes de influenciar a opinião pública, podendo mesmo levar à criação de realidades e de representações de temas tidos como socialmente relevantes (Miller, 2007). As diferentes teorias que estudam os efeitos dos *media* na sociedade, deram conta que os OCS têm efeitos nas pessoas, não se conseguindo delinear em concreto os efeitos por eles provocados. No entanto, verifica-se que “há uma espécie de carácter cíclico na existência e no retorno de alguns «climas de opinião» sobre o tema da capacidade que os *mass media* possuem para influenciar o público” (Wolf, 2003, p.61). Estas teorias apresentam-se inicialmente, demonstrando que os *mass media* possuem uma grande capacidade de influência, sugerindo efeitos diretos e ilimitados nas pessoas, seguindo posteriormente para uma fase intermédia em que o poder de influência dos *media* era mais limitado, surgindo efeitos indiretos, e depois voltando a uma fase em que os *mass media* são considerados influenciadores só que de uma forma distinta das teorias iniciais, onde os efeitos seriam verificados ao longo do tempo (Wolf, 2003).

Atualmente, a televisão é um meio de comunicação social que possui uma audiência diversificada e está presente no quotidiano de praticamente todas as famílias. Assim, e sabendo que a informação transmitida pelos meios de comunicação social pode influenciar a opinião pública, o conteúdo transmitido pelos diferentes OCS televisivos desempenham um papel fundamental na sociedade. De acordo com Rule e Ferguson (cit. in Anastasio et al., 1999, p.152), “ver televisão está relacionado com as crenças em relação à perigosidade do mundo”. Segundo Miller (2007, p.711), a transmissão de notícias sobre assuntos relacionados com a segurança, transfere aos leitores o sentimento de que “os repórteres e os políticos pensam que esta questão é importante para a nação”. Hoje em dia, o tema da segurança, bem como o da

criminalidade são propícios a uma cobertura constante por parte dos OCS televisivos (Otão, 2008), pelo facto de despertarem emoções nas pessoas.

Na explanação de uma determinada notícia, podem ser influenciadas as formas de perceção das pessoas, dando o orador maior atenção a um “subconjunto de considerações potencialmente relevantes” (Druckman, 2001, p.1042), sendo que os indivíduos são mais suscetíveis a essas formas de evidenciar determinados aspetos, conforme a credibilidade da fonte de informação. O facto de os jornalistas terem o conhecimento de que as emoções despertam o interesse sobre um determinado tema, pode revelar alguma tendência sobre os critérios utilizados pelos diferentes órgãos de comunicação televisivos ao noticiar os acontecimentos. Assim, importa conhecer a perceção/imagem que os diferentes OCS apresentam à sociedade acerca da Polícia portuguesa e da intervenção policial, especificamente durante a ocorrência de grandes eventos de cariz político.

Em Portugal, os OCS televisivos generalistas que transmitem em sinal aberto são possuidores de características distintas. No caso da RTP 1, por se tratar de um canal público, “deve prestar serviço público, no verdadeiro sentido da palavra, ou seja, informar o cidadão da forma mais correcta e criar programas úteis e didácticos que ajudem na formação do telespectador” (Vaz, 2009, p.11). Quanto à SIC e à TVI, sendo canais privados, têm a necessidade de se autofinanciar, utilizando para isso os contratos publicitários, ficando assim mais propensos a uma lógica comercial, onde o que interessa é o lucro para garantir o seu funcionamento, podendo refletir-se ao nível da política editorial. Estas diferentes características podem proporcionar uma forma diferente de transmissão de informação aos seus telespetadores, em que “os canais privados tratam de seleccionar notícias que podem ser mais atrativas para o telespectador, enquanto os canais públicos ainda estão pendentes do que mais interessa e do que maior serviço presta à audiência” (Herreros, 1998, p.475). Sabendo-se que os jornais televisivos são “o principal meio de informação e o reflexo do mundo próximo e longínquo para vastas camadas da população” (Cascais, 2001, p.186), os diferentes OCS televisivos poderão proporcionar a transmissão das notícias evidenciando certas características pensadas para impulsionar o aumento das suas audiências.

O constante acompanhamento dos OCS da atividade policial, em grandes eventos de cariz político, leva a que a mesma seja constantemente alvo de “julgamento pelos *media*” (Greer & McLaughlin, 2011, p.27). Os *media*, ao escrutinarem toda a atividade policial, proporcionam algumas dificuldades aos comandantes de polícia, obrigando-os a lidarem de forma sistemática com os OCS para melhorar a perceção da

imagem da Polícia entre as pessoas. Várias investigações sugerem que o desenrolar de eventos, mais concretamente, os de grandes proporções e de cariz político, como é o caso das manifestações, podem tornar-se mais violentos conforme difere a interpretação do mesmo por parte da Polícia e dos manifestantes (Hylander & Guvå, 2010). Assim, e uma vez que a Polícia tem uma importância nuclear nas relações sociais, é de todo o interesse que se procure entender quais os moldes em que as notícias televisivas dos diferentes OCS tendem a retratar a Polícia. Este interesse ganha maior relevo tendo em vista que a opinião do público é bastante influenciada pela informação transmitida pelos OCS televisivos. Partindo desta ideia, chegamos ao nosso problema de investigação, pretendendo-se através de um estudo longitudinal, onde serão comparados os resultados obtidos entre 2011 a 2013, apreciar as diferenças existentes nos diferentes OCS televisivos, no que respeita à informação veiculada sobre a atividade policial em grandes eventos de cariz político.

Capítulo II – Método

1. Abordagem qualitativa

Conforme refere Liebscher (1998), a abordagem qualitativa é ideal no estudo de um fenómeno complexo, de cariz social, de difícil quantificação e quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Segundo Sousa (2006), este tipo de abordagem tem como objetivo analisar as características não quantificáveis do discurso. Assim, são analisadas informações pormenorizadas que permitem identificar a presença ou a ausência de uma determinada característica ou a forma de como o discurso é articulado (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Contrariamente à abordagem quantitativa, que consiste num “processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis” (Freixo, 2011, p.144), a abordagem qualitativa tem como objetivo “descrever ou interpretar, mais do que avaliar” (Freixo, 2011, p.146), incidindo sobre “dados não métricos (palavras, textos, imagens, gráficos) utilizando procedimentos indutivo-exploratórios visando a conceptualização” (Cunha, 2004, p.8).

O presente trabalho insere-se na linha de investigação do Laboratório de Grandes Eventos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), intitulada “Grandes eventos de cariz político: A perceção da comunicação social acerca da atividade policial” (Pais, 2011). Assim, desenvolveu-se um estudo de estatística descritiva, tendo em conta a análise e interpretação dos resultados desenvolvidos por Rodrigues (2013), Rosado (2014) e Serra (2012), igualmente desenvolvidos no âmbito da linha de investigação já referida.

O presente trabalho consiste num estudo longitudinal, tendo em conta os acontecimentos e mudanças sociopolíticas que ocorreram nos anos de 2011, 2012 e 2013. Recorrendo a uma abordagem qualitativa, pretende-se interpretar as informações existentes nos dados e retirar inferências, com o objetivo de adquirir uma perceção sobre o tipo de discurso que cada OCS televisivo perpetrrou em relação à atuação policial em grandes eventos de cariz político.

2. Corpus

Conforme refere Bardin (1977, p.96), o *corpus* pode ser definido como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

No nosso estudo, o *corpus* é constituído pelas notícias transmitidas nos anos de 2011, 2012 e 2013 em horário nobre (telejornais das 13h e das 20h), pelos canais televisivos RTP1, SIC e TVI, que abordam o policiamento realizado em grandes eventos de cariz político. Estas notícias foram selecionadas e filtradas a partir dos trabalhos de Rodrigues (2013), Rosado (2014) e Serra (2012).

O *corpus* é constituído pelo total de 176 notícias, que se distribuem pelos diferentes canais nos diferentes anos considerados, como se pode observar na figura 1.

	2011	2012	2013	Total
RTP 1	13	29	12	54
SIC	18	30	14	62
TVI	18	28	14	60
Total	49	87	40	176

Figura 1. Distribuição das notícias por ano e por OCS.

Em 2011, as notícias são referentes aos eventos: 15 de Outubro – manifestação dos “indignados”; e, 24 de Novembro – “Greve Geral” (Serra, 2012). No ano de 2012, as notícias são sobre os eventos: 22 de Março – “Greve geral”; 15 de Setembro – “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!”; e, 14 de Novembro – “Greve geral europeia” (Rodrigues, 2013). Por fim, no que respeita ao ano de 2013, as notícias analisadas correspondem aos eventos: 2 de Março – manifestação “Que se lixe a Troika”; 21 de Novembro – manifestação das Forças de Segurança; e, 26 de Novembro – greve geral (Rosado, 2014).

3. Procedimento

Para a obtenção dos dados necessários para o nosso trabalho, recorreu-se ao repositório de dados do Laboratório de Grandes Eventos para, a partir dele, constituir o ficheiro de dados sobre o qual se desenvolveu a análise. Partiu-se dos estudos de Rodrigues (2013), Rosado (2014) e Serra (2012), nos quais foi feita a análise de conteúdo das notícias referidas no ponto anterior relativo ao *corpus*, tendo sido respeitados todos os critérios de fiabilidade e validade (Krippendorff, 2004). Conforme refere Bardin (1977), o estudo do conteúdo compreende um conjunto de técnicas de análise de comunicações, sendo utilizados procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens, com o intuito de encontrar nelas, indicadores que possibilitam a dedução de conhecimentos relacionados com a sua produção e receção.

A comparação longitudinal dos valores obtidos, foi feita através de uma comparação geral de todas as categorias, passando para a comparação das categorias que dizem respeito à origem da informação (categorias C,E e G), à informação relativa aos eventos (categoria F) e relativas aos participantes (categorias A e B).

Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados

1. Corpo das notícias

1.1. Visão geral

Do total de 176 notícias que constituem o *corpus*, apresentamos a distribuição dos conteúdos das notícias na figura 2. Os resultados podem também ser lidos considerando a distribuição das unidades de registo (u.r.) para cada OCS, para cada ano, pelas categorias e subcategorias, consultando o anexo 4.

Ao analisar em linhas gerais o *corpus* (Figura 2) (vd. página seguinte), e observando o discurso do canal público RTP 1, no ano de 2011, foi dado maior ênfase ao enquadramento e descrição das manifestações (cat. F) surgindo com igual peso as referências sobre a PSP (cat. B). Em termos de comunicação, durante 2011, a RTP 1 privilegiou a utilização de fontes recorrendo ao seu discurso direto (cat. C).

Na RTP 1, em 2012, a tipologia geral da notícia foi mantida, sendo, no entanto, de referir que as referências à PSP (cat. B) assumiram maior preponderância em relação ao ano transato, ao passo que a descrição e contextualização dos eventos perdeu importância (cat. F). Deve também ser mencionado que, neste ano, os manifestantes raramente são referidos nas notícias (cat. A).

Em 2013, a RTP 1 centrou o seu discurso noticioso na contextualização das manifestações (cat. F), enquanto diminuiu de forma notória a apresentação de referências à PSP (cat. B), por um lado, aumentando, por outro, a informação relativa aos manifestantes (cat. A). Salienta-se ainda a utilização, na construção das notícias, de considerações subjetivas e juízos de valor acerca dos assuntos tratados (cat. G).

O canal privado SIC, durante o ano de 2011, noticiou de forma predominante a PSP (cat. B) e o enquadramento das manifestações (cat. F). Privilegiou, entretanto, o recurso a fontes usando o seu discurso direto (cat. C) nas notícias.

Na SIC, em 2012, mantiveram-se as características gerais da notícia quando comparadas com 2011. Contudo, as referências à PSP (cat. B) aumentaram de forma acentuada, enquanto a informação relativa à caracterização dos eventos (cat. F) diminuiu.

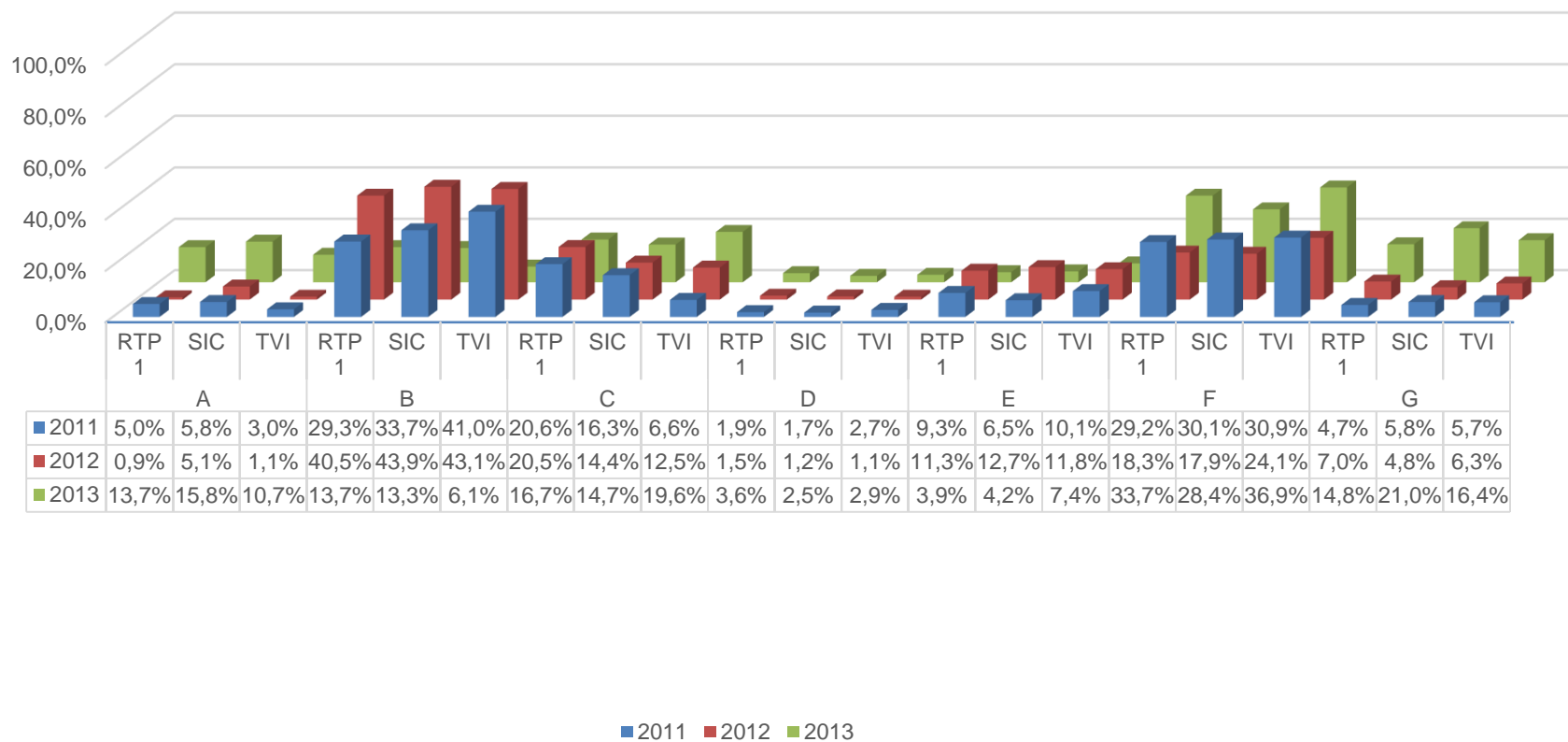


Figura 2. Distribuição percentual das unidades de registo, por categoria, no corpo das notícias.

Em 2013 a SIC altera o seu padrão de construção da notícia, centrando o discurso na descrição e enquadramento dos eventos (cat. F) e utilizando considerações subjetivas e juízos de valor acerca dos assuntos tratados (cat. G). Salienta-se ainda que os manifestantes (cat. A) passam a assumir relevo nas notícias, ao contrário do que acontece com a PSP (cat. B).

No que respeita ao tipo de informação veiculada pelo canal privado TVI, no ano de 2011, verificou-se a preponderância da informação acerca da Polícia (cat. B), bem como a apresentação de conteúdos que caracterizam os eventos (cat. F). De referir que as fontes a que a TVI recorreu foram usadas em segunda mão (cat. E).

Em relação ao ano de 2012, a TVI mantém a prioridade dada à Polícia (cat. B) nas notícias, sem descuidar o enquadramento da situação (cat. F). Note-se que este canal televisivo confere, este ano, a mesma ordem de importância à utilização das fontes quer direta (cat. C) quer indiretamente (cat. E).

No ano de 2013, a TVI passou a destacar a caracterização das manifestações (cat. F) no seu conteúdo informativo. As fontes foram utilizadas através da apresentação do seu discurso na primeira pessoa (cat. C), embora se constate o emprego de referências subjetivas e juízos de valor acerca dos assuntos tratados (cat. G) por parte dos jornalistas. Note-se ainda que os manifestantes (cat. A) passam a assumir algum relevo nas notícias, ao invés do que acontece com a PSP (cat. B) que deixa de ser o foco principal, considerando os anos de 2011 e 2012.

Depois de expostos os principais componentes discursivos que os OCS utilizaram nos diferentes anos, passamos agora a evidenciar a tipologia das evoluções verificadas. Pode afirmar-se que o ano 2012 parece revelar-se como um ano com características particulares, uma vez que antes e depois o padrão noticioso evidenciava-se diferente. Especificando, quando em comparação com o ano transato (2011), o ano de 2012 mostra que os conteúdos relacionados com a PSP assumem grande prevalência nas notícias o que contrasta com as referências aos manifestantes e à descrição e caracterização dos eventos políticos. Além disso, as fontes de informação são sobretudo utilizadas em segunda mão. Em 2013, altera-se o padrão. Os manifestantes passam a ter uma maior visibilidade nas notícias, por contraponto ao que acontece com a PSP, a par de um maior destaque também dado à descrição e caracterização das manifestações. No entanto, é necessário relembrar que alguns dos eventos realizados tiveram como manifestantes, precisamente, elementos policiais, o que pode justificar esta alteração na visibilidade dada aos participantes nas manifestações. Perante uma situação que não é, de todo, comum, compreende-se também a apresentação, por parte dos jornalistas, de um maior número de atenção nas

apreciações de carácter subjetivo e de juízos de valor acerca dos assuntos tratados. Refira-se, ainda, que o discurso indireto das fontes deixa de ser tão prevalente na construção das notícias.

Verifica-se, pois, que ao longo do tempo existem variações nos OCS, no que respeita ao padrão noticioso. Esta constatação pode ser reflexo dos acontecimentos e alterações sociopolíticas que se foram evidenciando nos diferentes anos. Em 2011 ocorreram eleições legislativas a 5 de junho, que originou uma mudança de Governo. Conforme refere Serra (2012, p. 58), a seguir às eleições “poderá ter havido um aumento do sentimento de revolta e de indignação dos manifestantes”, aliado ao facto de terem aumentado as medidas de austeridade. No ano de 2012 as medidas de austeridade aumentaram, o que proporcionou a escalada do descontentamento da população portuguesa. Nesse ano ocorreram várias manifestações, das quais se destaca a de 14 de Novembro em que houve confrontos entre a polícia e os manifestantes em frente à escadaria da Assembleia da República e nas áreas circundantes. Assim, com o aumento do fenómeno manifestante e a ocorrência de confrontos, verifica-se que os OCS tendem a focar mais a PSP. O ano de 2013 ficou marcado pelo aumento dos cortes orçamentais, que motivaram a ocorrência da manifestação das forças de segurança a 21 de Novembro, de onde surtiu a invasão da escadaria da Assembleia da República. Neste ano de 2013 a informação relacionada com o enquadramento e descrição do evento foi alvo de maior importância em relação aos outros anos. Tendo em conta que este tipo de manifestações (de elementos das forças de segurança) não é tão vulgar, compreende-se a necessidade de os OCS enquadrarem e descreverem os eventos com mais pormenor. Rosado (2014, p.41) refere que a predominância deste tipo de informação “é de fácil compreensão e ganha forma na necessidade que os OCS têm de explicar os acontecimentos, situando quem está a ver, de modo a que estes possam perceber o que aconteceu ou está a acontecer”.

1.2. Origem da informação

Sendo as fontes de informação um elemento fundamental na produção de notícias, e sendo a sua diversidade uma mais-valia para atingir a credibilidade e isenção de um OCS (Fontcuberta, 1999), apresentamos seguidamente os dados que permitem avaliar a quem é dada voz nos OCS estudados. Para se proceder à análise das origens da informação que é veiculada pelas notícias, tomaremos em consideração a informação proveniente do “Discurso Direto” (cat. C) (cf. Figura 3), “Discurso Indireto” (cat. E) (cf. Figura 4) e “Sistema explicativo Espontâneo” (cat. G) (cf. Figura 5), (vd. páginas seguintes).

No ano de 2011, pode verificar-se que o canal público RTP1 se detém sobre os manifestantes (subcat. C.1), ouvindo-os, sobretudo, de viva voz. Dá também destaque às fontes policiais (subcat. C.2) enquanto emissoras diretas de informação, embora também utilize as suas declarações em segunda voz, ou seja, em discurso indireto (subcat. E.2). A exibição de palavras de ordem (subcat. C.8) merece algum destaque nas notícias, assim como a intervenção de políticos (subcat. C.3). De referir, ainda, a pouca expressão dada aos organizadores dos eventos (subcat. C.6) e, por exemplo, em nenhum dos eventos analisados os sindicatos tiveram destaque (subcat. C.7). Em contraste, os membros do governo são bastante referenciados como estando na base das notícias, muito embora sejam usadas as suas declarações em discurso indireto (subcat. E.5). Assumindo uma expressão reduzida, verifica-se que a RTP 1 também apresenta referências subjetivas (cat. G) relativas a ocorrências nos grandes eventos analisados. No caso específico de 2011, tais referências são sobretudo respeitantes aos manifestantes (subcat. G.2).

No ano de 2012 a RTP1 destaca as fontes policiais (subcat. E.2) em discurso indireto, embora elas também sejam ouvidas de viva voz (subcat. C.2). Neste ano, dá-se ainda destaque aos sindicatos (subcat. C.7), assim como aos membros do governo (subcat. C.4), recorrendo também, neste último, às suas declarações em discurso indireto (subcat. E.5). Salientam-se as intervenções de outros participantes, embora seja mais evidente a apresentação do seu discurso indireto (subcat. E.9) (cf. Anexo 4). No que diz respeito às referências subjetivas (cat. G), estas são feitas, sobretudo, quanto à atuação policial (subcat. G.1) e à descrição dos eventos (subcat. G.3).

No ano de 2013, e ainda relativamente à RTP1, pode verificar-se que tanto o discurso proveniente dos organizadores dos eventos como o dos sindicatos são os mais prevalentes nas notícias, sendo apresentados, maioritariamente, em discurso direto (subcat. C.6 e subcat. C.7) (cf. Anexo 4). Neste ano de 2013, verifica-se que a RTP1 faz menções aos manifestantes (subcat. E.1) e dá voz aos membros do governo (subcat. C.4), destacando-se ainda as referências subjetivas sobre a descrição dos eventos e a atuação policial (subcat. G.3)

Analisando agora o padrão noticioso do canal SIC, no ano de 2011, verifica-se que este canal dá mais enfoque ao discurso das fontes policiais em segunda mão, ou seja, em discurso indireto (subcat. E.2). Destaca-se o discurso proferido pelos manifestantes (subcat. C.1) e o discurso indireto dos sindicatos (subcat. E.8), e são

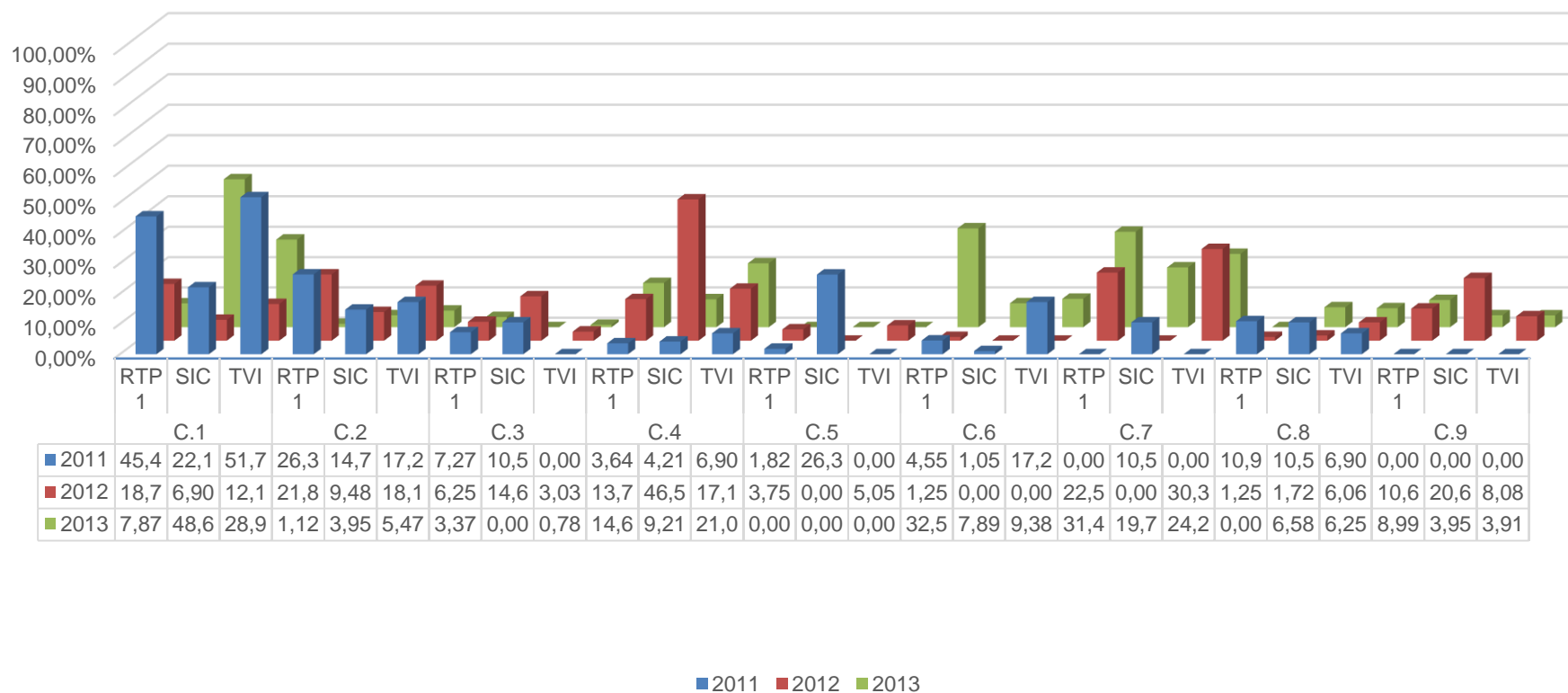


Figura 3. Distribuição percentual da categoria “Discurso direto” (C) nos anos de 2011, 2012 e 2013, no corpo das notícias.

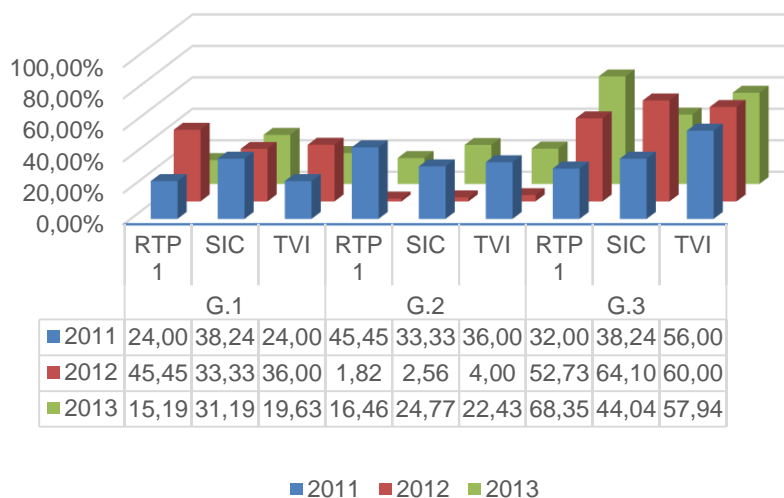


Figura 5. Distribuição percentual da categoria “Sistema explicativo espontâneo” (G) nos anos de 2011, 2012 e 2013, no corpo das notícias.

feitas alusões subjetivas acerca da atuação policial (subcat. G.1) e na descrição dos eventos (subcat. G.3).

No ano de 2012 a SIC passa a centrar-se sobretudo no discurso direto dos membros do governo (subcat. C.4), ainda que seja dada voz aos intervenientes (subcat. C.9), tendo também espaço para apreciações subjetivas sobre a descrição dos eventos (subcat. G.3).

Em relação ao ano de 2013, constata-se que a SIC se detém sobre os manifestantes, ouvindo-os sobretudo em viva voz (subcat. C.1). Dá também importância aos membros do governo (subcat. E.5) enquanto emissores secundários de informação. Neste ano, enfatizam os sindicatos, sendo mais proeminente o seu discurso direto (subcat. C.7) (cf. Anexo 4). No que diz respeito às apreciações subjetivas e juízos de valor, verifica-se que eles se distribuem entre a atuação policial (subcat. G.1) e os manifestantes (subcat. G.2), debruçando-se também sobre a descrição do evento (subcat. G.3).

Observando os dados da TVI, verifica-se que no ano de 2011 este canal deu maioritariamente importância às declarações proferidas pelos manifestantes (C.1), em discurso direto (cf. Anexo 4). Dá também destaque aos organizadores do evento, embora as declarações destes sejam mais apresentadas em segunda mão (subcat. E.7) (cf. Anexo 4). As fontes policiais também são utilizadas, no entanto as suas declarações são sobretudo apresentadas em discurso indireto (subcat. E.2) (cf. Anexo 4). Em relação à informação subjetiva e a juízos de valor apresentados pelos jornalistas nas notícias,

encontram-se referências sobre a atuação policial (G.1) e os manifestantes (subcat. G.2), destacando-se sobre a descrição do evento (G.3).

No ano de 2012 é dado enfoque a outros intervenientes, embora seja em discurso indireto (subcat. E.9) (cf. Anexo 4). Salienta-se, ainda, a incidência dada à voz dos sindicatos (subcat. C.7), assim como às fontes policiais (subcat. C.2), embora seja com menor prevalência. Verifica-se, também, que são feitas apreciações subjetivas sobre a atuação policial (subcat. G.1) e sobre a descrição do evento (subcat. G.3).

No ano de 2013, constata-se que a TVI dá bastante voz aos manifestantes (subcat. C.1) e aos sindicatos (subcat. C.7), embora também dê a palavra aos membros do governo (subcat. C.7).

Ao longo dos anos, os três OCS foram dando maior relevo aos manifestantes (subcat. C.1) e também aos membros do governo (subcat. C.4), sendo que estes últimos aumentaram a sua incidência nos anos de 2012 e 2013. Este facto pode estar associado ao tipo de protestos que se verificaram nestes anos, onde ocorreram várias intervenções policiais, tendo os OCS procurado estas fontes para se pronunciarem sobre a posição do governo em relação aos acontecimentos. Salienta-se o facto de que em 2013 o discurso direto proveniente de fontes policiais (subcat. C.2) diminuiu nos três canais e o discurso proveniente dos manifestantes aumentou (subcat. C.1). Comparando este tipo de discurso com o discurso indireto (cat. E), verifica-se que o discurso proveniente dos manifestantes é maioritariamente apresentado em primeira mão, ou seja, em discurso direto (subcat. C.1), com exceção da RTP 1 em 2013, apesar de ser uma diferença residual (cf. Anexo 4). Já no que se refere às fontes policiais, observa-se que a RTP 1 ao longo dos três anos vai dando mais importância ao discurso direto (subcat. C.2), contrariamente ao que acontece nos canais privados, que colocam mais enfoque no discurso indireto (subcat. E.2), com exceção da TVI no ano de 2011 (cf. Anexo 4). Importa ainda salientar o facto de em 2013, os OCS terem dado voz aos membros do governo (subcat. C.4), constatando-se assim que em termos gerais, o tipo de discurso proveniente das fontes vai variando ao longo dos anos nos três OCS. Assim, verifica-se que existe uma tendência em colocar o discurso proveniente das fontes policiais, em discurso indireto (E.2), por parte dos três canais. Esta questão ganha maior importância, porque comparativamente ao discurso direto proveniente das fontes policiais (C.2), isto já não acontece, podendo-se então evidenciar que a visão dos acontecimentos pela polícia é transmitida aos espectadores através das palavras dos OCS, sendo eventualmente questionada sobre a sua credibilidade (Jespers, 1998).

No que diz respeito ao discurso subjetivo, importa referir que nos três anos é a descrição dos eventos (subcat. G.3) que vai sendo mais evidente considerando os três

OCS e, que a atuação policial (subcat. G.1) e os manifestantes (subcat. G.2) vão sendo subjetivamente referidos ao longo dos anos, destacando-se uma diminuição geral no ano de 2012 em relação às referências subjetivas sobre os manifestantes (subcat. G.2).

1.3. Eventos

Conforme foi possível verificar na visão geral, a informação relativa ao enquadramento e descrição dos eventos (cat. F) mereceu bastante destaque pelos três OCS na constituição das notícias. Assim, e para que se compreendam de forma destrinchada os moldes em que os eventos são enquadrados pelos diferentes OCS, atente-se na figura 6 (vd. página seguinte), onde consta a distribuição percentual das subcategorias nos três OCS durante os três anos. Importa, no entanto, lembrar que no ano de 2013 houve necessidade de ser acrescentada a subcategoria “História” (subcat. F.9), evidenciando-se assim uma novidade em termos dos conteúdos noticiados pelos OCS.

No que concerne à RTP1, verifica-se que no ano de 2011 o discurso gira sobretudo em torno da informação relacionada com a caracterização dos eventos (subcat. F.7) e os locais onde ocorrem (subcat. F.2). Este OCS contempla ainda a informação sobre o hiato temporal em que decorrem os eventos (subcat. F.1).

No ano de 2012 verifica-se igualmente que a informação sobre a caracterização dos eventos (subcat. F.7) e os locais onde ocorreram (subcat. F.2) merece mais atenção, seguida do nome do evento (subcat. F.3).

Já no ano de 2013, constata-se mais uma vez que a informação sobre a caracterização dos eventos (subcat. F.7) e os locais dos eventos (subcat. F.2) mereceram atenção na RTP1, sendo que o enquadramento histórico dos eventos (subcat. F.9) também mereceu algum destaque.

No que diz respeito ao canal privado SIC, no ano de 2011, observa-se que a informação sobre a caracterização dos eventos (subcat. F.7) e dos locais onde ocorreram (subcat. F.2) mereceu mais destaque, salientando-se ainda a menção frequente do nome dos eventos (subcat. F.3).

No ano de 2012, a caracterização das manifestações (subcat. F.7) e o local (subcat. F.2) mereceu relevância, tendo também sido destacado o hiato temporal em que ocorreram (subcat. F.1).

Em relação ao ano de 2013, verifica-se que a descrição dos eventos (subcat. F.7), a referência a eventos análogos (subcat. F.9) e o local (subcat. F.2) são o tipo de informação mais prevalente nas notícias.

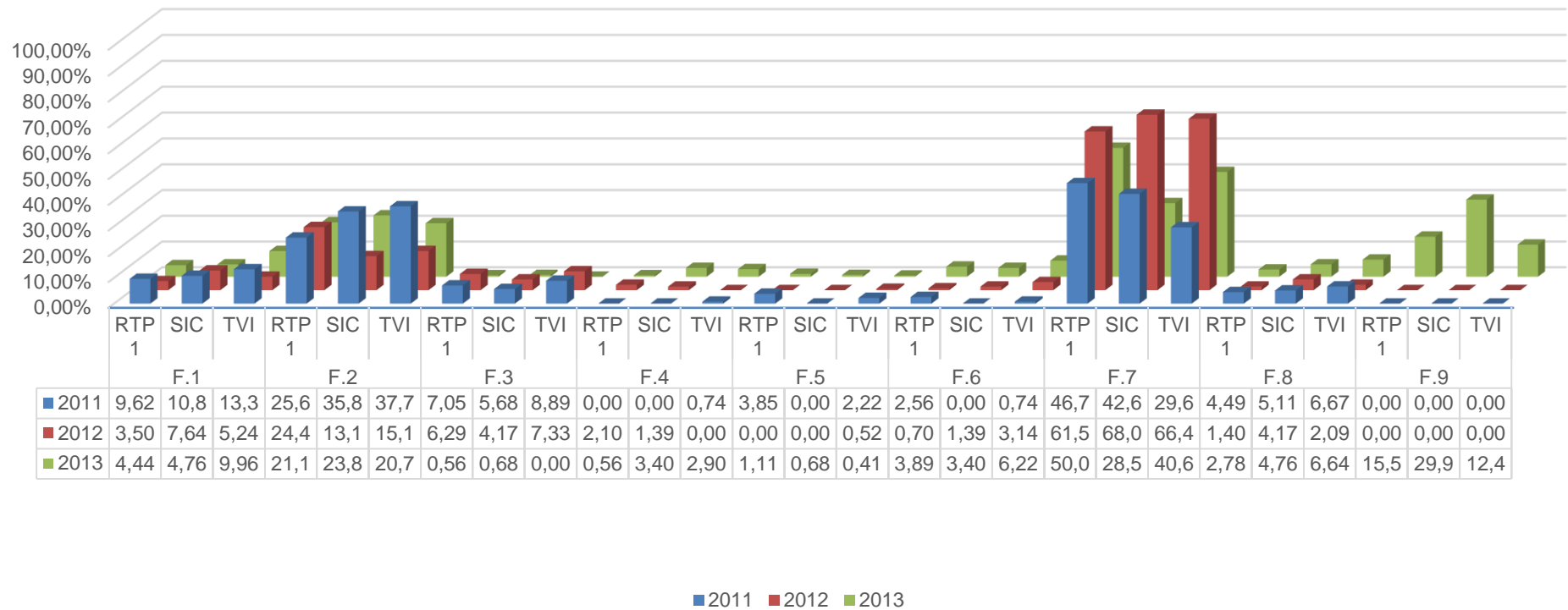


Figura 6. Distribuição percentual da categoria “Enquadramento/Descrição” (F) nos anos de 2011, 2012 e 2013, no corpo das notícias.

No que diz respeito ao canal TVI, no ano de 2011, verifica-se que a caracterização dos eventos (subcat. F.7) e o local onde ocorreram (subcat. F.2) merece destaque, assim como, embora com menos importância, a informação sobre o horário dos eventos (subcat. F.1).

No ano de 2012, a informação relacionada com a caracterização dos eventos (subcat. F.7) e o local onde ocorreram (subcat. F.2) é a que mais se evidencia e no ano de 2013, mais uma vez, é a informação sobre a caracterização dos eventos (subcat. F.7) e o local onde ocorreram (subcat. F.2) que tem mais relevância, embora neste mesmo ano ainda seja dada alguma importância aos eventos análogos ocorridos em anos anteriores (subcat. F.9).

Ao longo dos três anos, verifica-se que o canal público RTP1 deu importância ao mesmo tipo de informação, sendo ela a caracterização dos eventos (subcat. F.7) e o local (subcat. F.2), contudo, no ano de 2012 a informação relacionada com o nome dos eventos (subcat. F.3) ganha mais importância, e no ano de 2013 esta informação deixa de ser relevante, passando a dar mais atenção à história de eventos análogos, contextualizando-os no tempo (F.9).

Em relação ao canal SIC verifica-se um padrão noticioso semelhante ao da RTP1 ao longo dos três anos. No entanto, encontramos exceções à regra, quando no ano de 2012 a informação sobre o intervalo temporal em que ocorreram os eventos (subcat. F.1) ganhou mais importância na SIC do que na RTP1.

No caso da TVI, verifica-se um padrão idêntico nos três anos, com uma pequena nuance em relação ao ano de 2011, no qual a informação que teve mais prevalência foi a relacionada com o local dos eventos (subcat. F.2) em vez da caracterização dos eventos (subcat. F.7), como ocorre nos restantes anos.

Tendo-se constatado “uma tendência para recorrentemente se proceder à caracterização dos eventos utilizando comparações com eventos passados” (Rosado, 2014, p. 38), confirmou-se a importância de se ter alterado a grelha categorial, acrescentando a subcategoria “História” (subcat. F.9).

Ainda em relação à informação sobre o enquadramento e caracterização dos eventos (cat. F), apura-se que ao longo dos três anos, as informações relacionadas com o percurso (subcat. F.4), objetivos (subcat. F.5) e a justificação do evento (subcat. F.6) são o tipo de informação que menos importância tem para os OCS. Isto acontece porque “uma vez que o tema central das notícias analisadas é a polícia, é normal que sobre pouco tempo para os pormenores do evento, os quais muito provavelmente farão parte integrante de outras notícias” (Serra, 2012, p. 54). No entanto, ainda se observa algum destaque dado a informações mais insignificantes, como por exemplo, o hiato temporal

em que ocorrem os eventos (subcat. F.1) ou o local (subcat. F.2). Este destaque dado pelos OCS a este tipo de informação, pode proporcionar uma ocultação de informação mais importante, como por exemplo os objetivos (subcat. F.5) ou a justificação (subcat. F.6) da ocorrência dos eventos, se consideramos que o tempo das notícias é limitado.

1.4. Participantes

Conforme se percebe pela análise da figura 7, no ano de 2011, verifica-se que a RTP1 evidencia as motivações extrínsecas que levaram os manifestantes a aderir ao evento (subcat. A.2). No entanto, a RTP1 também deu alguma relevância às motivações intrínsecas (subcat. A.1), à caracterização dos manifestantes e à sua participação no evento (subcat. A.3).

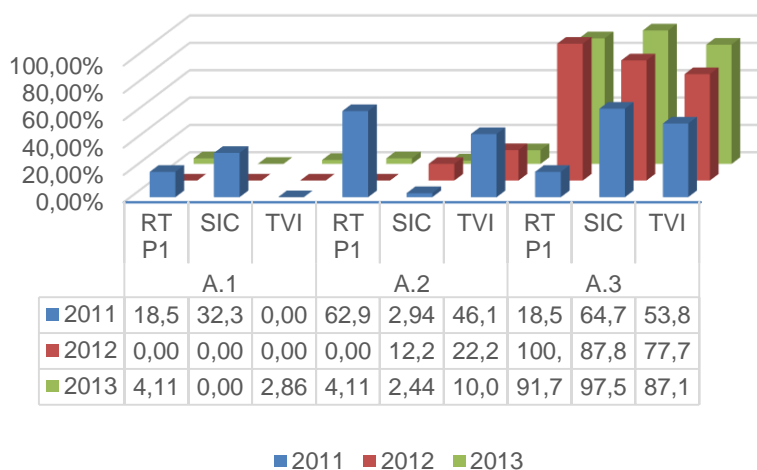


Figura 7. Distribuição percentual da categoria “Manifestantes” (A) nos anos de 2011, 2012 e 2013, no corpo das notícias.

No ano de 2012, verificou-se que a informação relacionada com a caracterização dos manifestantes (subcat. A.3) foi a que obteve mais relevância. Neste ano, constatou-se ainda que a RTP1 pouco questionou os manifestantes, sobre as razões internas segundo as quais participaram nestes eventos (subcat. A.1).

No ano de 2013, a caracterização dos manifestantes (subcat. A.3) foi mais prevalente do que as razões intrínsecas (subcat. A.1) e extrínsecas (subcat. A.2) na construção das notícias.

Em relação ao canal SIC, a informação centrou-se completamente na caracterização dos manifestantes (subcat. A.3), contudo, no ano de 2012, verificou-se

que não foi dada qualquer atenção às razões intrínsecas (subcat. A.1) que motivaram os manifestantes a participarem no evento.

No que concerne à TVI, verificou-se que a caracterização dos participantes (subcat. A.3) foi mais prevalente ao longo dos três anos, dando, também, alguma relevância aos motivos de ordem social que justificaram a participação nos eventos (subcat. A.2).

Numa perspetiva longitudinal, observou-se que o canal RTP1, no ano de 2011, deu maior relevo às motivações extrínsecas (subcat. A.2), diminuindo acentuadamente nos anos seguintes. No caso da SIC, verificou-se um padrão semelhante ao da RTP1, no entanto, no ano de 2011, este canal deu mais importância à caracterização dos manifestantes (subcat. A.3). O canal TVI apresentou um padrão semelhante aos canais anteriores durante o tempo de análise, salvaguardando que em 2011 este canal televisivo não fez qualquer referência às razões intrínsecas dos manifestantes (subcat. A.1), contrariamente ao que aconteceu no ano de 2013. Destaca-se, assim, a importância dada pelos três OCS, durante os três anos de notícias, à caracterização dos manifestantes (subcat. A.3).

Seguidamente apresentamos os aspetos mais destacados pelos OCS sobre a PSP (cat. B). No ano de 2011 (cf. figura 8), o canal público RTP1 construiu o seu discurso a partir da caracterização da atuação policial (subcat. B.5), dando, também, importância aos motivos que justificaram a atuação policial (subcat. B.4), bem como as suas consequências (subcat. B.6).

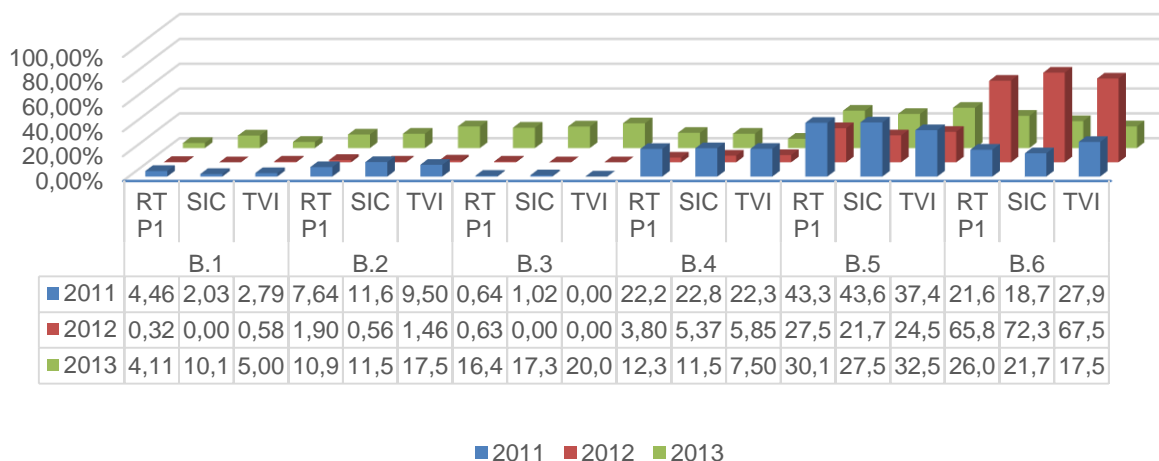


Figura 8. Distribuição percentual da categoria “PSP” (B) nos anos de 2011, 2012 e 2013, no corpo das notícias.

No ano de 2012, a RTP1 deu algum relevo aos resultados da atuação policial (subcat. B.6), relegando para segundo plano a descrição da atuação policial (subcat. B.5). Quanto ao ano de 2013, o padrão noticioso sobre a PSP foi mantido, contudo, a RTP1 apresentou alguma informação sobre o dispositivo policial (subcat. B.3).

No que concerne ao padrão noticioso do canal privado SIC, em 2011, verifica-se que a caracterização da atuação policial (subcat. B.5) foi a informação mais prevalente, bem como as motivações da atuação policial (subcat. B.4) e os respetivos resultados (subcat. B.6). Nos anos de 2012 e 2013, a configuração da informação referente à PSP (cat. B) apresentada pela SIC destacou os resultados da atuação policial (B.6), bem como a descrição da sua atuação (subcat. B.5). A descrição do dispositivo utilizado pela PSP (subcat. B.3) merece maior destaque, em 2013, por esta estação televisiva.

Em relação à PSP, no canal privado TVI, durante 2011, foi a descrição do evento (subcat. B.5), dos resultados da atuação (subcat. B.6) e das razões de atuação (subcat. B.4) os tipos de informação mais prevalentes.

Quanto ao ano 2012, foram as consequências da atuação policial (subcat. B.6) e a descrição dessa atuação (subcat. B.5) que merecem mais enfoque.

No ano de 2013, verifica-se um maior destaque na informação sobre a descrição da atuação policial (subcat. B.5), com alguma incidência sobre o dispositivo utilizado (subcat. B.5) e sobre os resultados da atuação (subcat. B.6).

Observa-se que a RTP 1 ao longo dos anos variou a incidência na informação que é transmitida sobre a PSP, destacando-se a descrição da atuação policial (subcat. B.5) como tipo de informação mais prevalente. Merece, ainda, atenção os resultados da atuação policial (B.6) e a sua justificação (subcat. B.4).

No que diz respeito à SIC, verificou-se, igualmente, uma variação da importância dada à informação sobre a PSP ao longo dos anos, destacando-se um padrão semelhante ao da RTP1, excetuando o ano de 2011, onde incidiu mais sobre os resultados da atuação policial (subcat. B.6).

No que concerne à TVI e à semelhança dos OCS anteriores, esta também vai variando a incidência no tipo de informação sobre a PSP e possui um padrão semelhante, com a exceção da informação relativa ao dispositivo policial (subcat. B.3).

Refira-se, assim, que a informação relacionada com a descrição (subcat. B.5) e os resultados (subcat. B.6) da atuação policial foram o tipo de informação mais evidenciada por todos os canais. No ano de 2013, em todos os OCS, houve maior incidência no dispositivo policial (subcat. B.3), comparativamente com os anos anteriores.

Capítulo IV – Conclusões

O presente trabalho propôs-se a examinar a existência de diferenças nos OCS televisivos generalistas portugueses, RTP1, SIC e TVI, no que respeita à informação veiculada sobre a atividade policial em grandes eventos de cariz político, nos anos de 2011, 2012 e 2013. Este estudo teve por base as notícias televisivas, vistas como “o principal veículo formador, informador e confirmador de valores, crenças e gostos de enormes extratos da população” (Torres, 2011, p.177).

Importa lembrar, que o canal público RTP1 encontra-se limitado pela lógica do serviço público, o que não acontece com os canais privados, SIC e TVI, onde o que interessa é a obtenção do lucro para garantir a viabilidade económica do projeto empresarial. Esta discussão levanta a possibilidade de serem evidenciadas certas características nas notícias, com o principal objetivo de despertar o interesse nos telespectadores e, assim, aumentar as audiências. As políticas editoriais, os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade, são implementados, tendencialmente, de forma diferenciada, quer se trate do sector público quer se trate do sector privado.

No que às notícias diz respeito, verifica-se que os três OCS dão mais atenção à informação relacionada com a PSP do que a informação relacionada com os manifestantes. A predominância da informação relacionada com a PSP não demonstra grande surpresa, uma vez que “todas as notícias selecionadas (...) tinham como condição *sine qua non* a alusão à actividade policial” (Rodrigues 2013, p. 57).

Conforme refere Fontcuberta (1999, p.58), “um meio de comunicação social sem fontes é um meio morto”, no presente estudo podemos constatar que as fontes constituem um elemento fundamental para a construção da notícia. Em relação às manifestações, verificou-se uma tendência para dar voz aos manifestantes, o que não acontece em relação às fontes policiais. Esta situação pode tornar-se prejudicial para a PSP, uma vez que, não é assegurado que as suas posições sejam replicadas na íntegra pelos OCS, podendo ocorrer o enviesamento da informação, seja ele intencional ou não.

Quanto à informação sobre a PSP, em termos gerais, os OCS dedicam maior atenção sobre os resultados, a descrição e os motivos da atuação policial. Contudo, verificou-se que no ano de 2013 o dispositivo utilizado mereceu um destaque particular, contrariamente ao que acontece nos outros anos.

Importa, ainda, referir que os três OCS apresentam muitas semelhanças em termos de conteúdos, verificando-se, assim, uma aproximação ao nível dos conteúdos transmitidos nas notícias sobre manifestações. Atendendo ao facto deste estudo se debruçar sobre os grandes eventos de cariz político, importa realçar que as conclusões

extraídas da análise não podem ser extrapoladas para todas as notícias sobre a atuação policial.

A construção de notícias por parte das televisões, em Portugal, durante o período analisado evidenciou uma tendência para um padrão comum, podendo existir alguma diferenciação na abordagem de cada OCS em relação a um determinado evento, nomeadamente, quanto aos participantes, à caracterização e descrição do evento, à informação subjetiva e às fontes.

No presente estudo é notório, como seria eventualmente de esperar, que as referências à polícia assumem um maior destaque quando comparadas com as referências aos manifestantes, isto é, a prevalência da PSP, mesmo nos anos com valores mais baixos, é pelo menos equivalente à prevalência dos manifestantes nos anos que alcançam valores mais elevados.

Podemos ainda concluir que quando a construção da notícia destaca a participação dos manifestantes são, igualmente, evidenciadas as características dos eventos, relegando para um segundo plano a Polícia.

Quando as notícias falam sobre a Polícia, normalmente não se recorre à organização policial como fonte primária, isto é, utiliza-se o discurso indireto. Este facto conduz-nos a uma reflexão sobre a estratégia de comunicação que a PSP implementa durante o policiamento de grandes eventos políticos, podendo originar novas investigações sobre a estratégia de *media management* da PSP. Deste modo, sugerimos que seja estudado em investigações futuras, por exemplo, qual o eixo de comunicação, qual a mensagem a passar, qual o momento mais vantajoso para difundir a mensagem, bem como a forma da sua apresentação. Nunca podemos esquecer que uma imagem vale mais do que mil policiamentos. Assim, a PSP deve a todo o tempo cuidar da sua imagem, informando a sociedade através dos OCS em geral, das televisões em particular, principalmente quando ocorrem manifestações políticas, envolvendo a participação de multidões, expondo a PSP a um escrutínio mais incisivo, podendo a comunicação reforçar e amplificar os resultados produzidos durante as operações policiais.

Referências

- Anastasio, P. A., Rose, K. C., & Chapman, J. (1999). Can the media create public opinion? A social-identity approach. *Current Directions in Psychological Science*, 8, 152-155.
- Aureliano, S. (2004). *O papel dos media na mobilização da sociedade civil para a ajuda humanitária*. (Tese de Licenciatura, não publicada). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Baran, S. J., & Davis, D. K. (2012). *Mass communication theory: Foundations, ferment, and future* (6thed.). Boston, MA: Wadsworth, Cengage Learning.
- Bardin, L. (1977) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becker, H. (1967). "Whose side are we on?" *Social problems*, 14 (3). 234-247. doi:10.1525/sp.1967.14.3.03a00010.
- Bento, L .L. (2012). *A abordagem televisiva dos incendios florestais em Portugal: Análise das peças dos noticiários televisivos da RTP e TVI em 2011*. (Tese de mestrado não publicada). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Bill, B. G. (2010). *Catarse midiática: A tragédia no jornalismo pós-moderno*. Paraná: Universidade Tuiuti. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bill-jornalismo-jornalismo.pdf>.
- Bourdieu, P. (2001). *Sobre a televisão*. Lisboa: Celta.
- Brandão, N. G. (2005), *Prime Time. Do que Falam as Notícias dos Telejornais*, Lisboa: Casa das Letras.
- Breed, W. (1999). Controlo social na redacção: Uma análise funcional. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (2^a ed., pp. 152-166). Lisboa: Vega.
- Caetano, M. (2001). *Manual de direito administrativo* (10^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Canavilhas, J. (2001). *O domínio da informação-espectáculo na televisão*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-dominio-da-informacao-espectaculo-na-televisao.pdf>.

- Cardoso, G., Espanha, R., & Araújo, V. (Orgs.) (2009). *Da comunicação de massa à comunicação em rede*. Porto: Porto Editora.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de jornalismo - as palavras dos media*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cazeneuve, J. (1999). *Guia alfabético das comunicações de massas*. Lisboa: Edições 70.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão Celebrado entre o Estado Português e a Rádio televisão Portuguesa, SA. em 25 de Março de 2008. Retirado de http://img.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/pdf/ser_publicoTV.pdf.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias. Teorias e métodos*, Covilhã: Livros Labcom. Retirado de:
<http://www.labcom.ubi.pt/sub/pag/publications/#sthash.hYMQGkkD.dpuf>.
- Cruz, C. (2014). *A decisão editorial em televisão: O caso do telejornal da RTP*. (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade Aberta, Lisboa.
- Cunha, I. F. (2004). Repensar a investigação empírica sobre os media e o jornalismo. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.pdf>.
- Della Porta, D. (1996). Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp. 62-92). New York: Cambridge University Press.
- Deusdado, D. (2011). Livros de estilo: manual de utilização [21]. In Rodrigues, C., & Marques, Nativos digitais II, Lisboa, RTP, retirado de <http://www.rtp.pt/play/p682/e51198/nativos-digitais>.
- Dias, J. S.C. (2005). *Os critérios de noticiabilidade dos noticiários televisivos - Estudo de caso comparativo: RTP1 e TVI* (Monografia de Licenciatura, não publicada). Universidade do Porto, Porto.
- Druckman, J. N. (2001). *Evaluating framing effects*. Department of political science. USA: University of Minneapolis.
- Durão, S. (2008). *Patrulha e proximidade: Uma etnografia da Polícia em Lisboa*. Lisboa: Almedina.

- EU-SEC (2007). *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*. Retirado de http://www.osservatoriosport.interno.it/eu_sec/manual_english.pdf.
- Fabre, M. (1980). *História da comunicação*. Lisboa: Moraes.
- Felgueiras, S. (2009). A actividade policial na gestão da violência. In M. Valente (Coord.), *Reuniões e manifestações: actuação policial* (pp. 139-162). Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L. (1997). Etnografia urbana da droga e do crime. In C. Agra (Coord.), *Droga-crime: Estudos interdisciplinares* (Vol.10). Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Fiske, J. (1990). *Introduction to Communication Studies* (2nd ed.). New York, NY: Taylor & Francis e-Library.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Gomes, A. (2011). *O telejornal e o zapping na era da Internet*. (Tese de Doutoramento não publicada). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Gomes, M. B. (2009). *O Encantador de Serpentes: Ciência, Arte e Política na Comunicação*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bolshaw-encantador2.pdf>.
- Gomes, S. F. (2003). *A pedofilia e o pedófilo na imprensa portuguesa durante a década de 1990: Análise de conteúdo do jornal público*. (Monografia de licenciatura, não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2011). 'Trial by media': Policing, the 24-7 news mediasphere and the 'politics of outrage'. *Theoretical Criminology*, 15 (1), 23-46. doi:10.1177/1362480610387461.

- Hall, S., Chritchler, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção das notícias: O “mugging nos *media*”. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2ª ed., pp. 224-250). Lisboa: Vega.
- Henriques, R. A. C. (2014). *A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político*. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Herreros, M. C. (1998.) *Información televisiva: Mediaciones, contenidos, expresion y programación*. Madrid: Sintesis.
- Hylander, I., & Guvå, G. (2010). Misunderstanding of out-group behavior: Different interpretations of the same crowd events among police officers and demonstrators. *Nordic Psychology*, 62 (4), 25-47. doi:10.1027/1901-2276/a000020.
- Jespers, J. (1998). *Jornalismo televisivo: Princípios e métodos*. Coimbra: Minerva.
- Krippendorff, K. (2004) *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nded.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Lang, K., & Lang, G. (1955) The inferential structure of political communications: A study in unwitting bias. *Public Opinion Quarterly*, 19 (2), 168-183.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto. Diário da República, Iª Série – A, n.º 155.
- Lei n.º 40/2014 de 09 de Julho, Diário da República, Iª Série, n.º 130.
- Liebscher, P. (1998). Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master’s program. *Library Trends*, 46 (4), 668-680.
- Littlejohn, S.W., & Foss, A.F. (2009). *Encyclopedia of communication theory*. University of New Mexico: Sage Publications.
- Lopes, F. (2007). *A TV das elites: Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas (1993-2005)*. Porto: Campo das Letras.
- Lopes, R. (2005). *O poder dos media na sociedade contemporânea*. Retirado de <http://www.labcom.ubi.pt/les/agoranet/04/lopes-rita-media-e-poder.pdf>.

- Maxwell, E. M. & Shaw, D. L. (1993). The Evolution of Agenda-setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. *Journal of Communication* 43 (2), 58-67.
- Mealha, T. I.M. (2009). “*Exclusão ou reintegração?*”: Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos. (Dissertação de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- McCombs M. E., & Shaw, D. L. (1972). *The agenda-setting function of mass media. The Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Miller, J. (2007). Examining the mediators of agenda setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28 (6), 689-717.
- Miller, J., Davis, R., Henderson, N., Markovic, J., & Ortiz, C. (2004). Public opinions of the police: The influence of friends, family, and the news media. New York: Vera Institute of Justice.
- Morreable, S., Osborne, M., & Pearson, J. (2000). Why communication is important: A rationale for the study of communication. *Journal of the Association for Communication Administration*, 29, 1-25.
- Otão, S. (2008). Crime domina noticiários. *Jornal de notícias*, 56.
- Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Pais, L. G., Felgueiras, S., Serra, A., Machado, H., & Pereira, H. (2013). Media perceptions of police activity in major political events: An overview of the portuguese context during 2011. In *The Anthology* (pp. 205-217). GODIAC.
- Pena, F. (2005). *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto.
- Petty, R., & Caciopo, J. (1981). *Attitudes and persuasion: Classic and contemporary approaches*. Dubuque, IA: Brown.

- Popper, K., & Condry, J. (2012). *Televisão: Um perigo para a democracia*. Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramonet, I. (2010). *A tirania da comunicação* (5ª ed.). Lisboa: Editora Vozes.
- Reiner, R. (2010). *The politics of the police* (4thed.). New York: Oxford University Press.
- Rodrigues, A. (2011). *O paradigma comunicacional: História e Teorias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rodrigues, A. F. (2013). *A percepção da comunicação social sobre a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Rosado, X. I. (2014). *A percepção da comunicação social acerca da atividade policial: O discurso televisivo em grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- RTP (2013). *Código de ética da RTP*. Lisboa, retirado de: www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/codigoetica.php.
- Sá, A. (2002). *Media, Mass media, Novos Media e a crise da cidadania*. Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/sa-alexandre-media-crise-cidadania.pdf>.
- Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar. Um estudo sobre a produção das notícias*. Porto: Campo das letras.
- Santos, J. (2001). *Comunicação*. Lisboa: Prefácio.
- Santos, J. A. (2000). *Homo Zappiens: O feitiço da televisão*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Serra, A. O. (2012). *A comunicação social e a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político* (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

- SIC (2011). *Estatuto Editorial SIC*. Lisboa, retirado de: <http://sic.sapo.pt/institucional/2011-03-24-estatuto-editorial-sic--sociedade-independente-de-comunicacao-sa>.
- Sousa, J. P. (2002). *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ªed.rev e ampliada). Porto.
- Stephens, M. (1988). *A history of news*. New York: Penguin Books.
- Tække, J., & Paulsen, M. (2010). Luhmann and the media. *Journal of Media and Communication Research*, 49, 1-10.
- Torres, E. C. (1998). *Ler televisão*. Oeiras: Celta.
- Torres, N. C. (2011). *Televisão, o nosso medium preferido: Ensaios, memórias e história*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Traquina, N. (Org.) (1999a). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (2ª ed.). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (1999b). As notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (2ª ed., pp. 167-176). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo?* Lisboa: Quimera.
- Traquina, N. (2004). *A tribo jornalística: Uma comunidade transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Uscinski, J. (2009). When does the public's issue agenda affect the media's issue agenda (and vice-versa)? Developing a framework for media-public influence. *Social Science Quarterly*, 90 (4), 796-815.
- Vala, J. (1990). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (4.ªed., pp. 101-127). Porto: Edições Afrontamento.

- Vaz, D. I. (2009). *A informação televisiva: Análise dos noticiários das televisões generalistas em Portugal*. (Tese de mestrado, não publicada). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Vizeu, A. (2005). *Decidindo o que é notícia. Os bastidores do telejornalismo*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-decidindo-noticia-tese.pdf>.
- Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder: theory and practice*. Cullompton: Willan Publishing.
- Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis* (2nded.). Newbury Park, CA: Sage.
- Wertheim, E. G. (2008). *The importance of effective communication*. Northeastern University, College of Business Administration. Boston: Sage. Retirado de: <https://ysrinfo.files.wordpress.com/2012/06/effectivecommunication5.pdf>.
- Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

ANEXOS

ANEXO 1. Paradigma dos Efeitos

Para Littlejohn e Foss (2009) existem três paradigmas que analisaram os *mass media* ao longo do tempo, de modo a tentar perceber se estes realmente influenciam a opinião e o comportamento das pessoas. O primeiro, que predominou entre os anos de 1920 e 1940, designado por paradigma dos efeitos poderosos, “visualiza os *media* como muito fortes e poderosos” (Littlejohn & Foss, 2009, p.624). Este paradigma “baseou-se não na investigação científica mas na observação da enorme popularidade da imprensa e dos novos *media*, cinema e rádio” (McQuail, 2003, p. 423). Acreditava-se que os *media* tinham a capacidade de “formar opinião e crenças, mudar hábitos de vida e moldar o comportamento mais ou menos de acordo com a vontade dos seus controladores (Bauer & Bauer, in McQuail, 2003, p. 423). A audiência era considerada passiva e, por isso, sofreria um impacto direto das informações transmitidas pelos *media*. A teoria das «balas mágicas», ou também designada por teoria da «agulha hipodérmica», inicialmente desenvolvida para perceber os efeitos da propaganda de guerra, descreve como ocorre este processo. Esta teoria “enunciava que os estímulos dos meios de comunicação eram poderosos, e que as pessoas reagiam de modo uniforme” (Guaraldo, 2007, p. 4). As mensagens vindas da comunicação social eram injetadas de forma imediata nas massas, em que o conceito de massa surge como um agregado de indivíduos separados e anónimos e mesmo assim, homogéneos, pois teriam um comportamento de massa que seria espontâneo (Blumer, in Guaraldo, 2007, p.5). Nas décadas de 1920 e 1930 surgiram novos *media*, e esta teoria era impulsionada pela observação da sua popularidade na sociedade.

Entre as décadas de 1940 e 1960 surge o segundo paradigma, denominado por efeitos mínimos ou por paradigma dos efeitos limitados. Nesta época foram introduzidas novas variáveis no estudo dos efeitos dos *media*, tendo os investigadores iniciado com a diferenciação de possíveis efeitos de acordo com características sociais e psicológicas e com a introdução de “variáveis relacionadas com efeitos decorrentes de contactos pessoais e do ambiente social” (McQuail, 2003, p.424). Lazarsfeld realizou um estudo onde verificou a influência dos *media* nas eleições presidenciais americanas de 1940, concluindo que estes, pouco influenciaram as intenções de voto comparativamente com a comunicação interpessoal (in Littlejohn & Foss, 2009). Este estudo refere que as pessoas protegem-se da influência direta dos *media* através da pertença a grupos sociais, em que quando são confrontados com novos conteúdos, estes procuram ajuda junto dos elementos que pertencem ao mesmo grupo para conseguir interpretá-los. Lazarsfeld (in Littlejohn & Foss, 2009) acrescenta que a influência exercida pelos *media* ocorre através de um *two-step-flow*, em que as mensagens transmitidas apenas

conseguiriam influenciar os recetores se fossem veiculadas pelos líderes de opinião (Baran & Davis, 2012). Outro estudo que reforça este paradigma, foi o que Schramm realizou (in Littlejohn & Foss, 2009), estudando os efeitos da televisão nas crianças, tendo concluído que existe uma relação complexa entre o ato de ver televisão e o comportamento subsequente das crianças, sendo difícil conseguir prever os efeitos que esta relação produz visto existirem outros fatores, tais como a idade, a habilidade mental, e a situação social, que têm de ser tidos em conta (Littlejohn & Foss, 2009). Joseph Klapper, num estudo publicado em 1960 chegou à conclusão que “a comunicação de massas não atua em regra como causa necessária nem suficiente de efeitos sobre a audiência, mas funciona mais através de umnexo de fatores de mediação” (cit. in McQuail, 2003, p. 425). Assim, chegou-se a um período em que não se descorava por completo a influência exercida pelos *media*, mas também não era possível afirmar com toda a certeza de que existia uma relação direta entre a mensagem transmitida pelos *media* e o comportamento das pessoas, uma vez que, a receção da informação proveniente dos *media* pode acontecer sem que ocorram mudanças do comportamento, no entanto, as atitudes poderiam ser alteradas, sem se adular o mesmo (McQuail, 2003).

O terceiro e último paradigma surge a partir de 1960, fruto do avanço tecnológico dos meios de comunicação social e das mudanças sociais, e é denominado por paradigma dos efeitos cumulativos, onde o que se destaca é a preocupação com os efeitos cumulativos e a longo prazo dos *media* (Littlejohn & Foss, 2009). Surge a “evidência contemporânea, de natureza circunstancial, de que os *media* podiam realmente ter importantes efeitos sociais e ser um instrumento para o exercício do poder social e político”(McQuail, 2003, p. 425), levantando dúvidas sobre se não teriam sido criadas barreiras, propositadamente, entre a crença no poder e a impotência dos *media* (McQuail, 2003). Com a chegada da televisão, nos anos de 1950, adivinhando-se a sua popularidade, surgiu uma preocupação com os seus efeitos sociais a longo prazo. Conforme refere McQuail, (2003, p. 426),

a renovação da investigação sobre os efeitos foi marcada por uma viragem na atenção, agora para as mudanças de longa duração, para cognições em vez de atitudes e afectos, e para fenómenos colectivos como climas de opinião, estruturas de crença, ideologias, padrões culturais e formas institucionais de produção mediática.

A partir deste momento, os efeitos dos *media* passam a ser vistos como sendo cumulativos e com capacidade para proporcionar mudanças a longo prazo.

ANEXO 2. Framing

Na Teoria do Agendamento, é também levantada a questão do enquadramento (*framing*), que segundo Coling (2001), surge após se ter concluído que os *media* não possuem apenas o poder de nos oferecer o conjunto de informações que poderão ser alvo de consideração pela população, como têm igualmente a potente capacidade de estabelecer como a população deve pensar acerca dos assuntos que integram a agenda dos *media*. Conforme refere McQuail (2003), quando o enquadramento é abordado no âmbito do estudo dos *mass media*, deve-se ter em conta dois significados distintos: o primeiro refere-se à “maneira como o conteúdo das notícias é tipicamente marcado e enquadrado pelos jornalistas” (p.501) em relação ao contexto de referência e significado. Uma segunda definição diz respeito ao efeito que é provocado nos indivíduos, podendo os mesmos vir a adotar certos quadros de referência proporcionados pelos jornalistas (McQuail, 2003). Para Druckman (2001), o enquadramento é muito importante para o estudo da opinião pública, e esta poderá depender de *frames* escolhidos pelas elites. O *framing* ocorre, quando na descrição de um problema ou questão, o orador coloca mais ênfase num subconjunto de considerações potencialmente relevantes, fazendo com que a população se concentre sobre essas considerações na construção das suas opiniões (Druckman, 2001).

Em relação aos efeitos do enquadramento, estes acontecem “através de um processo psicológico, do qual os indivíduos pensam conscientemente e deliberadamente acerca da importância relativa das diferentes apreciações sugeridas pelo *frame*” (Druckman, 2001, p. 1043). Vários estudos apontam para dois efeitos do enquadramento, o primeiro refere que “os *frames* alteram a importância das diferentes considerações” (Druckman, 2001, p.1042) e o segundo efeito aponta para a possibilidade de “diferentes *frames* alterarem opiniões globais” (Druckman, 2001, p.1043). Existe uma percepção comum de que as elites usam os *frames* para influenciar e manipular a opinião dos cidadãos. De acordo com Druckman (2001), os efeitos do enquadramento podem ocorrer pelo facto de os cidadãos procurarem nas elites orientação para formarem opinião, no entanto, só vão acreditar no enquadramento que tiver origem em fontes credíveis, ou seja, existem alguns constrangimentos por parte das elites na utilização de *frames* para influenciar e manipular a opinião pública. Lupia (in Druckman, 2001) sugere que a credibilidade dos *media* requer duas características, sendo a primeira o facto de o público-alvo acreditar que os *media* têm conhecimento sobre as considerações relevantes e na decisão a tomar, a segunda que o “público-alvo acredita que os *media* são confiáveis para revelar o que sabe” (cit. in Druckman, 2001, p. 1045). Constata-se que a credibilidade dos meios de comunicação revela-se

preponderante para que o enquadramento tenha sucesso, ou seja, o *framing* só acontece porque os cidadãos delegam nas elites, que eles consideram creíveis, a orientação da sua opinião, escolhendo quais os *frames* que devem seguir de forma sistemática e sensível.

ANEXO 3. Grelha categorial

A – Categoria “**Manifestantes**” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “**Razões intrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex.: *“Estou indignado com o que se passa no meu país”.*

A.2 – Subcategoria “**Razões extrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex.: *“Estão todos aqui para mostrar palavras duras ao Governo”.*

A.3 – Subcategoria “**Caracterização**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex.: *“São oito órgãos de polícia criminal que aqui estão representados”.*

B – Categoria “**PSP**” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua atuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “**N.º de elementos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex.: *“São quarenta a cinquenta agentes”.*

B.2 – Subcategoria “**Subunidade/origem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex.: *“a Polícia de choque neste momento acabou de entrar”.*

B.3 – Subcategoria “Dispositivo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex.: “Havia uma barreira de segurança”.

B.4 – Subcategoria “Motivos da atuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a atuação policial.

Ex.: *“foram reforçar o cordão, para impedir o assalto ao parlamento”.*

B.5 – Subcategoria “Descrição da atuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a atuação policial.

Ex.: *“Os polícias, do outro lado da vedação, tentaram controlar o grupo”.*

B.6 – Subcategoria “Resultados/Consequências da atuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da atuação policial (detenções, feridos, etc.).

Ex.: *“alguns [manifestantes] começaram a ser detidos”.*

C – Categoria “Discurso Direto” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso direto. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex.: *“Os nossos governantes roubam e nós como povo pagamos, é o que nos resta”.*

C.2 – Subcategoria “Fonte policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex.: *“«Nada de excepcional, o policiamento que está a ser planeado vai ter os meios materiais e humanos tidos como necessários»”.*

C.3 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, exceto membros do Governo.

Ex.: “«Admito que o ministro possa vir à Assembleia da República para explicar toda esta situação, obviamente» [Fernando Negrão – Porta-Voz do PSD]”.

C.4 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex.: “«O que se passou ontem não é um bom indicador da própria autoridade das forças de segurança» [Primeiro-Ministro].

C.5 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

C.6 – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex.: “«Sim, nós convocamos as pessoas para aparecerem aqui na Batalha pelas quatro da tarde, iniciar-se-á com a leitura do manifesto, depois haverá curtas intervenções dos representantes das quatro marés que referiu»”.

C.7 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex.: “eu penso que o Governo deve ponderar muito bem a resposta que vai dar a tudo isto [Paulo Rodrigues – ASPP/PSP]”.

C.8 – Subcategoria “**Palavras de ordem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex.: “«O Povo unido já mais será vencido»”.

C.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex.: “«Até posso perceber que a acção da PSP que estava no local possa ser a forma mais correcta de retirar de lá os manifestantes» [Marcelo Fonseca – Pres. da Associação Académica de Lisboa]”.

D – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer ator. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da atuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

D.1 – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex.: “*O novo diretor nacional lembra (...) o Governo que é preciso melhorar a motivação da Polícia*”.

D.2 – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex.: “*Lisete Reis em directo da Assembleia da República*”.

D.3 – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

D.4 – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

D.5 – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex.: “*«eu tenho que analisar primeiro todos os elementos que tenho em mão, que a IGAI tem em mão»*”.

E – Categoria “**Discurso Indireto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso indireto, ou seja, todas as declarações efetuadas pelos diversos atores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex.: “*E estão a dizer aqui que sim, que a malta vai subir, veremos o que vai acontecer*”.

E.2 – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex.: *“os polícias dizem que a luta continuará até que o Governo altere as condições contestadas”.*

E.3 - Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex.: *“De acordo com Rui Lopes da GNR, a barreira policial não foi quebrada”.*

E.4 – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, exceto Membros do Governo.

Ex.: *“Perante os acontecimentos das últimas 24 horas o Presidente da República apela à serenidade”.*

E.5 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex.: *“De resto Passos Coelho afirmou esta tarde que o que aconteceu ontem junto à escadaria da Assembleia não podia ter acontecido”.*

E.6 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

E.7 – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex.: *“O movimento ‘Que se lixe a Troika’, apela a um protesto pacífico.*

E.8 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex.: *“dizem as associações sindicais do sector que poderão pôr em causa o próprio funcionamento dos serviços”.*

E.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex.: *“Na internet e nas redes sociais, foram muitas as personalidades a apelar aos portugueses para saírem à rua”.*

F – Categoria “**Enquadramento/Descrição**” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “**Data/hora**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento. 74

Ex.: *“o encontro está marcado para (...) as dezasseis horas”.*

F.2 – Subcategoria “**Local**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex.: *“Esta manifestação que reúne, neste momento, frente à Assembleia da República”.*

F.3 – Subcategoria “**Nome do evento**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex.: *“Que se Lixe a Troika, o Povo é quem mais ordena”.*

F.4 – Subcategoria “**Percurso**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajeto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex.: *“Seguem depois para o marquês de Pombal e daí parte o movimento (...), rumo ao Terreiro do Paço,”.*

F.5 – Subcategoria “**Objetivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex.: *“os promotores do protesto querem que os portugueses expressem a sua opinião sobre a austeridade”.*

F.6 – Subcategoria “**Justificação/Motivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex.: *“protestam contra as políticas de austeridade do governo”*.

F.7 – Subcategoria “Caracterização” - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex.: *“a maior manifestação de sempre em Portugal”*.

F.8 – Subcategoria “N.º de manifestantes” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex.: *“Milhares de pessoas numa marcha lenta”*.

F.9 – Subcategoria “História” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que façam referência a eventos análogos ocorridos no passado.

Ex.: *“Em 1989 o Corpo de Intervenção usou jactos de água”*.

G – Categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjetiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjetivamente para justificar atores e atos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “Atuação policial”

Ex.: *“Houve algum excesso de zelo por parte da Polícia”*.

G.2 – Subcategoria “Manifestantes”

Ex.: *“eu digo isto porque se nota de facto uma grande força por parte dos manifestantes”*.

G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”

Ex.: *“numa enchente de descontentamento e gente nunca antes vista nesta praça”*.

ANEXO 4. Tabela de contabilização de u.r. do corpo das notícias, nos anos 2011, 2012 e 2013.

			2011			2012			2013		
Categorias		Subcategorias	RTP1	SIC	TVI	RTP1	SIC	TVI	RTP1	SIC	TVI
A	Manifestantes	A.1 Razões intrínsecas	5	11	0	0	0	0	3	0	2
		A.2 Razões extrínsecas	17	1	6	0	5	2	3	2	7
		A.3 Caracterização	5	22	7	7	36	7	67	80	61
Σ u.r.			27	34	13	7	41	9	73	82	70
B	PSP	B.1 Nº de elementos policiais	7	4	5	1	0	2	3	7	2
		B.2 Subunidade/origem	12	23	17	6	2	5	8	8	7
		B.3 Dispositivo	1	2	0	2	0	0	12	12	8
		B.4 Motivos da atuação	35	45	40	12	19	20	9	8	3
		B.5 Descrição da atuação	68	86	67	87	77	84	22	19	13
		B.6 Resultados/Consequências da atuação policial	34	37	50	208	256	231	19	15	17
Σ u.r.			157	197	179	316	354	342	73	69	50
C	Discurso Direto	C.1 Manifestante	50	21	15	30	8	12	7	37	37
		C.2 Fonte Policial	29	14	5	35	11	18	1	3	7
		C.3 Político	8	10	0	10	17	3	3	0	1
		C.4 Membros do Governo	4	4	2	22	54	17	13	7	27
		C.5 Perito/ comentador/ especialista	2	25	0	6	0	5	0	0	0
		C.6 Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	5	1	5	2	0	0	29	6	12
		C.7 Sindicatos	0	10	0	36	0	30	28	15	31
		C.8 Palavras de ordem	12	10	2	2	2	6	0	5	8
		C.9 Outros	0	0	0	17	24	8	8	3	5
Σ u.r.			110	95	29	160	116	99	89	76	128
D	Instâncias	D.1 Governo	1	8	9	0	0	1	1	2	4
		D.2 Assembleia da República	7	0	0	0	1	1	18	7	14
		D.3 Agências Noticiosas	0	2	3	6	5	1	0	0	0
		D.7 Instituições judiciais	0	0	0	1	2	4	0	0	1
		D.8 Instituições	2	0	0	5	2	2	0	4	0
Σ u.r.			10	10	12	12	10	9	19	13	19
E	Discurso Indireto	E.1 Manifestante	13	2	8	1	1	4	8	0	1
		E.2 Fonte Policial	17	16	14	24	23	8	0	3	25
		E.3 GNR	0	3	5	0	0	0	0	0	1
		E.4 Político	1	5	0	9	10	11	0	0	0
		E.5 Membros do Governo	15	4	2	23	22	16	2	9	9
		E.6 Perito/ comentador/ especialista	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		E.7 Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	3	1	15	2	3	0	6	1	9
		E.8 Sindicatos	1	7	0	9	5	15	5	8	1
		E.9 Outros	0	0	0	20	38	40	0	1	2
Σ u.r.			50	38	44	88	102	94	21	22	48
F	Enquadramento	F.1 Data/ hora	15	19	18	5	11	10	8	7	24
		F.2 Local	40	63	51	35	19	29	38	35	50
		F.3 Nome do evento	11	10	12	9	6	14	1	1	0
		F.4 Percorso	0	0	1	3	2	0	1	5	7
		F.5 Objetivos	6	0	3	0	0	1	2	1	1
		F.6 Justificação	4	0	1	1	2	6	7	5	15
		F.7 Caracterização	73	75	40	88	98	127	90	42	98
		F.8 N.º Manifestantes	7	9	9	2	6	4	5	7	16
		F.9 História	0	0	0	0	0	0	28	44	30
Σ u.r.			156	176	135	143	144	191	180	147	241
G	Sistema Explicativo Espontâneo	G.1 Atuação Policial	6	13	6	25	13	18	12	34	21
		G.2 Manifestantes	11	8	5	1	1	2	13	27	24
		G.3 Enquadramento/ Descrição do Evento	8	13	14	29	25	30	54	48	62
Σ u.r.			25	34	25	55	39	50	79	109	107
Total de u.r.			535	584	437	781	806	794	534	518	663